

CONTRATO DE SERVIÇOS ESPECIAIS Nº BRA 10-34426

UNIDADE/AGÊNCIA: PROJETO BRA/14/G32

PRODUTO III

Diagnósticos

Situação Atual de Financiamento da Atividade de SLM (P 3.1)

OSCs no TASS : Capacidades e Potencial (P 3.2)

Consultor: Silvio Rocha Sant'Ana

Brasília/DF Maio – 2017

Resumo

Apesar das dificuldades existentes e processos inadequados de manejo das terras no TASS o diagnóstico realizado evidenciou alguns elementos que são resumidamente apresentados nesta seção. A numeração não corresponde a uma ordem de importância ou prioridade, pois, se verá a estreita conexão entre os vários elementos.

- 1) Educação e Formação são requisitos essenciais para o sucesso de qualquer esforço transformador da região. Dada as limitações financeiras do setor público (e mesmo do setor privado) e o custo por família relativamente elevado para a adoção de SLM, tática e estrategicamente os poucos recursos disponíveis deveriam ser aplicados em processos massivos de formação. Existe base institucional (e operacional) sólida para realizar este esforço.
- 2) Há necessidade e espaço para melhorar a alocação de crédito rural em práticas de SLM; haverá que explorar uma combinação de redução do custo do tomador de financiamento associado a adoção de condicionais tecnológicas indutoras de SLM.
- 3) Existe uma riqueza real (atual e potencial) que não está sendo adequadamente explorada. Por um lado trata-se da atividade de centenas de OSCs que estão operando em condições muito adversas e que, com incentivos mínimos podem gerar sinergias de grande potencial transformador. De outro é necessário reconhecer que tanto no setor público como no privado há um “estoque” de agentes institucionais que, devidamente orientados (e com formação mais completa) pode oferecer grandes contribuições para as mudanças necessárias. O potencial do voluntariado dentro das OSCs e de realocação de pessoal (por exemplo pelas prefeituras, pelo sistema S) é significativo.
- 4) Há evidências empíricas de que as mulheres agricultoras do TASS tem papel primordial na adoção de inovação tecnológica. Por diversas razões explicitadas neste documento, elas são – inegavelmente – o portal mais seguro para lograr a transformação. Este fato não está sendo convenientemente trabalhado pelos promotores do SLM.

O potencial transformador é tão grande que os projetos deviam priorizar a alocação de recursos e de incentivos econômicos e financeiros neste segmento da população.

Não se trata de adotar uma “ação afirmativa” para promoção de gênero e sim de SLM.

- 5) A incorporação sistemática das OSCs no processo de implantação de práticas de SLM é uma necessidade inadiável. Para tanto se requer a adoção de políticas de fortalecimento destas organizações considerando a diversidade, suas especificidades e “modus operandi”. Esta política supõe que o Governo reconheça e incorpore (adote) como sua, a agenda e proposições das entidades e movimentos sociais. O fortalecimento e manutenção de instancias e mecanismos de interlocução é essencial.

Sumário

Resumo.....	2
Produto 3.1 - Situação Atual de Financiamento das Atividades de SLM.	5
3.1.1 Estimativa dos Volumes de recursos aplicados em SLM.....	5
Investimentos pelo Crédito Rural.....	5
Transferências Orçamentárias de todas Esferas de Governo para o SLM	8
Governo Federal.....	9
Transferências Federais para Municípios do TASS e o Estado	9
Projetos Federais Especiais	10
3.1.2 Outras Fontes de investimentos no TASS	18
3.1.3 Uma nota adicional valor econômico do Trabalho Voluntário no TASS	19
3.1.4 Consolidação dos Gastos Atuais com SLM	20
3.1.5 Estimativas de Custos de Adoção de Práticas de SLM	22
3.1.6 Gargalos Identificados para Aumentar os Investimentos em SLM	24
Produto 3.2 - OSCs no TASS: Capacidade e Potencial	35
3.2.1 Avaliação da Capacidade e Limites Operacionais das OSC do TAS	35
Entidades Atuantes e Inativas	35
Custos Institucionais Básicos.....	39
Capacidade Operacional das OSC.....	41
3.2.2 Custos de Envolvimento de OSCs com a implantação de Práticas de SLM.....	45
OSCs Ativas, Inatividade Formal e Capacidade Operacional.....	46
3.2.3 Ação Intersetorial: Gargalos, Lacunas e oportunidades.....	47
OSCs Ativas, Inatividade Formal e Capacidade Operacional.....	49
Custos Institucionais e de “Compliance”	50
Lacunas: regulamentação da Lei 13 019 e Incentivos para Doações.	52
A questão da Educação e Formação	53
ANEXO – Lista de OSC Ativas no TASS	55

Produto 3.1 - Situação Atual de Financiamento das Atividades de SLM.

O diagnóstico apresentado no Produto II (P.2.1) limitou-se ao exame extensivo dos volumes de crédito rural aplicados no TASS. Neste documento se complementa a informação incluindo outras fontes de financiamento e estimando os volumes aplicados nos últimos anos

3.1.1 Estimativa dos Volumes de recursos aplicados em SLM

O Prodoc estipula como meta e indicador de sucesso do projeto, o aumento em 20% do volume de investimentos dedicados a práticas de SLM. Infelizmente não especifica quantitativamente a linha de base, mencionando simplesmente que os níveis atuais são muito reduzidos (“investimentos com critérios de aplicação em SLM limitados”).

De fato as dificuldades de identificar aplicações e investimentos realizados dentro dos padrões de SLM são inúmeras, já que não se dispõe de acesso aos projetos de investimentos realizados pelos agricultores e financiados pelos bancos. No entanto a inexistência da linha de base inviabiliza a mensuração dos resultados do projeto. Há anualmente uma massa importante de investimentos em atividades agrícolas.

Buscando superar esta restrição neste trabalho se busca estimar – a partir de dados diretos e indiretos e os dados de aplicações do crédito rural – uma aproximação a estes valores.

Investimentos pelo Crédito Rural

De um lado se estipula que na agricultura, segundo o censo agropecuário de 2006, 24% dos estabelecimentos agrícolas do TASS adotam o “plantio em nível” (uma das práticas de SLM). Este número parece superestimado pela existência na região de importantes áreas com projetos de irrigação e de assentamentos que – via de regra – trabalham com esta prática. Esta hipótese pode ser comprovada quando se observa que nos municípios como Porto da Folha e Poço Redondo somente 10 a 15% dos estabelecimentos adotam esta prática, contra 43% dos situados em Canindé de São Francisco. Conservadoramente deve-

se estimar uma taxa menor, mas, no intuito de garantir um volume maior de novos investimentos ela pode ser adotada.

Com estes alertas se assume então que, do valor total de créditos para investimentos na agricultura, 24% já é adequado às práticas de SLM.

Para a Pecuária a dificuldade é ainda maior, pois o censo nada indica a respeito de práticas de SLM. No entanto o Censo de 2006 sinaliza que 12% dos estabelecimentos do TASS recebiam Assistência Técnica. Com certa boa vontade pode-se assumir que esta assistência induz os pecuaristas a adoção de práticas de SLM. Esta hipótese benevolente pode ser reforçada pelo fato de que grande parte da pecuária se dedica a produção leiteira, com grau relativamente elevado de investimentos e tecnologias.

A partir destes dois indicadores e dos valores dos investimentos financiados pelo crédito rural em agricultura e pecuária podemos obter uma “proxy” do volume de investimentos em SLM dentro do TASS.

A Tabela 1 a seguir resume os dados do Banco Central a respeito dos volumes e aplicações de crédito rural no TASS em 2014 e 2015

Tabela 1: Total de Crédito Rural Aplicado e de Investimentos no TASS 2014-2015

Credito rural	Total 2014	Total 2015	Investimento 2014	Investimento 2015
Agricultura	35,1	40,2	14,6	31,1
Pecuária	53,3	55,3	29,8	53,5
Total	88,4	95,5	44,4	84,6

Para a agricultura, em 2015, os investimentos totais atingiram R\$ 31,1 milhões. Como por hipótese, 24% seriam aplicados em SLM, obtemos assim R\$ 7,5 milhões.

Para a atividade Pecuária o volume total investido foi de R\$ 53,5 milhões. No entanto, sabemos pelos relatórios do BNB que 72% dos investimentos de pecuária são utilizados para aquisição de animais. Este tipo de investimento é, na melhor das hipóteses, “neutro” do ponto de vista do SLM.

Significa que, dos 53,5 milhões investidos, R\$ 38,5 milhões foram utilizados para aquela finalidade, restando então somente R\$ 15,0 para possíveis aplicações em práticas de SLM.

Como em nossa hipótese somente 12% é aplicado em SLM, obtemos o valor final de R\$ 1,8 milhão.

Desta forma agregando ambos os números, para a totalidade do TASS, obtém-se para 2015, o valor de R\$ 9,3 milhões que estariam anualmente sendo aplicados em práticas análogas de SLM. Este valor representa 11,0% do valor dos investimentos ou 9,7% do total de crédito rural alocado anualmente.

Como mencionado anteriormente há que ter em conta que muito provavelmente estes números estão superestimados e que se está assumindo que algumas práticas e tecnologias identificadas no Censo Agropecuário de 2005 correspondem efetivamente a práticas de SLM.

Com estes alertas os números obtidos devem ser utilizados como simples aproximações e sinalizações dos processos técnicos e econômicos dentro da região.

Nota-se uma importante variação dos investimentos entre anos. Utilizando-se dos mesmos parâmetros para 2014 encontraríamos R\$ 3,5 milhões aplicados em SLM para agricultura e R\$ 1 milhão para pecuária.

Estes valores representam somente 10% dos investimentos ou 5% do volume total do crédito aplicado que estaria sendo utilizados com a adoção de práticas recomendadas para o SLM.

Para minimizar estas variações sazonais se propõe utilizar como referencia a média dos dois anos. Os valores, em milhões de reais, são especificados a seguir:

Tabela 2 : Estimativa Média 2014-2015 de Aplicações com SLM

R\$ Milhões	Milhões de Reais		
	2014	2015	Média
Agricultura	3,5	1,8	2,7
Pecuária	1,0	7,5	4,2
Total	4,5	9,3	6,9
<i>Percentuais</i>			
<i>Dos Investimentos</i>	<i>10,0</i>	<i>11,0</i>	<i>10,5</i>
<i>Do crédito Total</i>	<i>5,0</i>	<i>9,7</i>	<i>7,3</i>

Como a meta do projeto é aumentar em 20% a alocação em SLM significa que o projeto deverá ao final de suas atividades incrementar o volume de crédito dedicado ao SLM em cerca de R\$ 1,4 milhão/ano (20% de 6,9 milhões).

Visto de um ângulo oposto, os agricultores do TASS aplicariam anualmente R\$ 86,2 milhões sem utilizar práticas adequadas de manejo de solo e obviamente ampliam processos de degradação¹.

Estes números implicam em reconhecer um quadro preocupante. No cenário de BAU, se aplica 11 vezes mais recursos em práticas predatórias (ou quase predatórias) que em práticas adequadas.

A seguir se examinam outras fontes de aplicação de recursos para a adoção de práticas de SLM

Transferências Orçamentárias de todas Esferas de Governo para o SLM

Nesta seção busca-se captar a presença de eventuais investimentos governamentais em atividades de SLM. Para tanto se utiliza como base de informação os dados dos orçamentos federal, estaduais e municipais fornecidos pelo site da Secretaria do Tesouro Nacional²

No sistema de contabilidade, os dados orçamentários são apresentados por “Função” e “Elementos de Despesa”. Os valores são também separados entre gastos de Custeio e de Investimento.

No entanto, os dados estatísticos disponíveis (para União, Estados e Municípios) são apresentados de forma muito agregada o que não permite a obtenção de valores realmente investidos em atividades finalísticas como o SLM. Assim, quando no Orçamento de um município se encontra valores destinados a Função “Agricultura” ou de “Proteção e Gestão Ambiental” (que englobaria atividades de SLM) estes valores cobrem atividades de Custeio e Investimento, e dentro do conceito de Custeio estão incluídos gastos de Pessoal e despesas correntes.

A seguir se examinam as alocações orçamentárias realizadas especificando-as por ente Federado.

¹ Combinando estes dados com os do relatório anterior onde se indica que o processo de degradação dos solos parece realizar-se a uma taxa de 3,7% aa, pode-se estabelecer uma relação na qual para cada 10 milhões aplicados haveria uma variação de 0,4% adicionais de área degradada no conjunto do TASS.

² Cfr: <http://www.tesouro.gov.br/web/stn/finbra-financas-municipais>; inclui dados sobre Estados.

Governo Federal

Transferências Federais para Municípios do TASS e o Estado

As transferências federais para municípios do TASS, por função, limitam-se a atividades de “Organização Agrária” com duas subatividades maiores: seguro safra e apoio ao desenvolvimento de assentamentos rurais .

A tabela a seguir apresenta as dimensões destas transferências por Função e Programas

Tabela 3: Transferências Federais 2014 (R\$ Milhões)

Municípios	Total	Seguro Safra	Apoio a assentamento RA
Canindé de S Francisco	50,7	1,8	0
Gararu	21,1	1,4	0,5
Monte Alegre	24,5	1,4	0
N Sra. Glória	43,8	1,4	0
N Sra. Lourdes	11,3	0	0
Poço Redondo	57,5	3,0	0,5
Porto da Folha	46,3	1,9	0
TASS	255,2	10,9	1,0
Média por Município	36,5	1,6	0,29

Fonte: Portal da Transparência

No ano de 2014, a média de transferência para cobertura do seguro safra alcançava cerca de R\$1,6 milhão/município. Ora estes valores não podem ser contabilizados como investimentos em SLM já que se referem a cobertura do fracasso das colheitas (devido à secas).

No caso do “Apoio a assentamentos”, somente os Municípios de Gararu e Poço Redondo foram beneficiados com um valor de R\$ 1,0 milhão (a média por município seria então de pouco mais de R\$ 100.000,00). Parte deste valor seguramente pode ter sido aplicada em práticas análogas as de SLM, mas é impossível determinar se isto realmente ocorreu. De todas as formas este valor é desprezível.

No que se refere às Transferências Federais ao Estado não há – no Portal da Transparência – dados de aplicações diretamente direcionadas à região, mas somente ao conjunto do Estado.

Um exame acurado das alocações (por função) sugere a existência de investimentos em melhoria da condição de distribuição de água no TASS com um valor de R\$ 22,7 milhões em 2.014 e outros investimentos em políticas de gestão ambiental (genéricas e associadas principalmente ao tema de fornecimento de água).

No que se a “organização agrária” somente 1 milhão de reais foram alocados para ATER e na função “Agricultura” cerca de 4,3 milhões de reais para recuperação de perímetros irrigados (seguramente alguns deles no TASS); este tipo de iniciativa geralmente incluem práticas de SLM.

Novamente se sinaliza que os valores transferidos aos estados são muito reduzidos e não estão diretamente relacionados com as práticas de SLM.

Projetos Federais Especiais³

O Programa Nacional de Crédito Fundiário

Ao longo dos últimos 12 anos conseguiu no TASS adquirir uma área cerca de 5.900 Ha e assentou 464 famílias. Sem contar com o valor de aquisição das terras, o programa investiu, em apoio a estruturação dos imóveis (moradias dos assentados, aquisição de equipamentos básicos etc) uma média R\$ 550.000,00/ano, ou cerca de R\$ 14.300,00/imóvel.

Considerando o valor de construção de uma casa é óbvio que restarão poucos recursos para melhorar a infraestrutura de manejo de solos do imóvel. Isto não significa inexistência de práticas de SLM, mas estas estariam provavelmente muito limitadas ou dependentes do crédito rural convencional (ou PROCERA) cujos números já foram trabalhados em seções anteriores. .

Projeto D. Helder Câmara

É um segundo projeto importante para o TASS. É o Gerenciado pelo MDA (atualmente uma Secretaria dentro do MDS) em parceria com o Governo do Estado. A sua primeira fase iniciada em 2001 e concluída em 2010-2011 apresentou resultados bastante satisfatórios

³ Cfr: <http://www.seagri.se.gov.br/credito-fundiario-desempenho-fisico-financeiro>; ver também http://www.projedomhelder.gov.br/site/images/PDHC/Avaliacao_FIDA/PDHC_Project_Evaluation_final_Ingl%C3%AAs2.pdf

em relação aos objetivos desejados de adoção de iniciativas de “Convivência com o Semiárido” e a consequente adoção de práticas agrícolas ambientalmente apropriadas.

Entre 2001 e 2008 os gastos deste projeto (para o conjunto do Nordeste) alcançaram R\$ 59 milhões e atenderam pouco mais de 15.000 agricultores, o que indica uma média de aproximadamente R\$3.950/família. Como na região do TASS foram beneficiados 1080 imóveis/famílias, o valor aplicado em Sergipe neste período foi pouco superior a R\$ 4,2 milhões, ou uma média de R\$540.000,00/ano.

Adicionalmente o MDA identificou e formatou o “Projeto Sertão”, que foi concebido como uma ampliação e fortalecimento da dimensão ambiental do PDHC no período 2005-2013, visando atuar sobre a degradação e o manejo sustentável dos solos e o combate a desertificação. Este novo projeto foi incorporado operacionalmente ao PDHC e resultou de um acordo de doação do GEF para o MDA por um valor de 5,8 milhões de dólares. Ele apresentou inovações e características interessantes como a criação e experimentação de funcionamento de um Fundo de Incentivos Ambientais baseados no conceito de pagamento de serviços ambientais a agricultores selecionados.

Com apoio da UFRPe desenvolveu propostas e metodologias para a implantação de um programa mais amplo de pagamento de tais serviços. Por restrições financeiras e operacionais a iniciativa não chegou a ser implantada. Importa salientar que o estudo indica um custo elevado das metodologias de monitoramento e avaliação da prestação de serviços ambientais provavelmente maiores que os valores de remuneração de tais serviços.

Segundo avaliação final do FIDA 80% dos agricultores participantes adotaram práticas agroecológicas e pelo menos 10% deles utilizaram o terraceamento em suas parcelas. Uma segunda etapa deste projeto foi negociada e somente agora deverá iniciar suas operações.

A avaliação final do Projeto Sertão⁴ mostra resultados animadores e a superação de metas como as de adoção de práticas de manejo sustentável de solos.

As áreas de caatinga com práticas de manejo sustentável em todo o nordeste passam de 20.000 a 45.000 Ha e pelo menos 5.500 agricultores estão aptos realizar o LSM.

⁴ Ver:

http://www.projetodomhelder.gov.br/site/images/PDHC/rel_proj_sertao/Relatorio_Final_Projeto_Sertao_Portugues_03_07_2014_com_Anexos.pdf

Como estes recursos eram aplicados em benefício do mesmo grupo de atendidos pelo PDHC pode-se afirmar que o Projeto Sertão adicionou R\$ 1.200,00/família; como nos TASS o atendimento foi de 1080 famílias, a região teria então recebido cerca de R\$ 1,3 milhões (em 8 anos) ou pouco mais de R\$ 160 mil/ano que agregados aos R\$ 540.000 anteriores somaria um total de R\$ 700.000 investidos na região. No entanto como somente 80% dos agricultores adotaram realmente práticas de SLM podemos reduzir este valor para R\$ 560.000,00/ano

A combinação de recursos destes Projetos e a sinergia entre os eles produziram, conforme este consultor pode observar em campo, impactos notáveis e facilmente percebidos na Região do TASS. Eles mostram sem nenhuma dúvida que é possível e relativamente barato incorporar rapidamente práticas de SLM.

O Programa de 1 milhão de Cisternas – P1MC

Concebido e executado por Organizações da Sociedade Civil pela Articulação do Semiárido – ASA⁵, foi adotado como política do governo federal que aplicou recursos importantes em processos sociais e de construção de reservatórios para captação de água de chuva. Obviamente não é uma ação direta que incide sobre o uso do solo, mas devido aos esforços de capacitação em temas de convivência com o semiárido seguramente teve algum impacto sobre os temas de manejo sustentável de recursos naturais.

Indiretamente ao melhorar a capacidade das famílias em gerenciar recursos hídricos inclusive para fins produtivos (projeto “Uma terra duas Águas”) afetou seguramente o manejo de solo em pequenas áreas irrigadas.

Em média o P1MC aplicou entre 2002-2012 (em R\$ 2.015) gerando um total de R\$2,6 milhões em cada município do TASS, com media anual de R\$ 251,0 mil/município/ano.

É necessário salientar que nos anos de 2014-2106 estes volumes de investimentos foram reduzidos, paralisados ou descontinuados.

Considerando os elementos indicados pode-se estimar que os volumes de aplicações federais anuais foram relativamente pequenos

Em qualquer circunstancia, obviamente estes números são pouco significativos quando se constata as dimensões e velocidade dos problemas atuais de degradação dos solos na região sertaneja.

⁵ O exame mais detalhado deste Projeto será retomado na parte deste relatório referente a ação das OSCS no TASS.

Foram examinadas atividades (e projetos) desenvolvidas ao longo de 5 a 15 anos, com um número relativamente pequeno de agricultores (e de áreas) atendidos ou transformadas no TASS. Se considerarmos um atendimento de pouco mais de 1.000 famílias e considerando que a área ocupada pelos imóveis rurais do TASS era (2003) de pouco mais de 313.000Has, estes projetos após quase uma década de trabalho, teriam incidido positivamente em somente 25.000Has⁶ ou 8%da área do TASS.

Revisitando estes dados é sempre bom ter em conta que, devido a estrutura fundiária, mais da metade do território esta controlado por proprietários de imóveis médios e grandes que não são atendidos por nenhum destes projetos.

ANA - Programa de Produtor de Água⁷ – Prefeitura de Canindé de São Francisco

Este Programa visa a ampliação e a regularização da oferta de água em bacias hidrográficas estratégicas como a do Rio São Francisco. Propõe (via Pagamento de Serviços Ambientais –PSA) a remuneração dos produtores rurais que se proponham a adotar praticas e manejos conservacionistas em suas terras com vistas a conservação de solo e água. Entre estas práticas, sugere-se um conjunto de ações visando a redução de erosão e açoreamento de mananciais por meio da construção de terraços e bacias de infiltração de recuperação e preservação de nascentes, do reflorestamento de APPs e ARLs, e saneamento ambiental.

O projeto pretende então atuar experimentalmente sobre uma área relativamente pequena e concentrada O valor originalmente contratado é de cerca de R\$ 700.000,00. Apesar de ter sido homologado para contrato com a Prefeitura, por razões administrativas terminou sendo celebrado pelo Comitê de Bacia do São Francisco poe sua vez associado a um grande número de instituições⁸ parceiras capitaneadas pelo Ministério Público Estadual.

Os recursos para Pagamento dos Serviços Ambientais são alocados pela Prefeitura (oriundos de compensações ambientais pagas pela Usina de Xingó) e, bastante elevados (R\$ 1.900,00/propriedade) comparativamente aos valores pagos no restante do Brasil onde este PSA varia entre R\$ 100 e 400,00).

⁶ Segundo avaliação do projeto, a área trabalhada com práticas de SLM pssou de 20.000 para 45.000Has.

⁷ Ver: <http://produtordeagua.ana.gov.br//>

⁸ O Projeto conta a parceria (além da ANA) do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF, Município de Canindé de São Francisco, Universidade Federal de Sergipe – UFS, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMARH, da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe – EMDAGRO, Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF, da Companhia de Desenvolvimento do Vale São Francisco – CODEVASF, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de Sergipe – INCRA e do SergipeTec..

Em todos os casos é considerado como um projeto de sucesso, pois já apresenta resultados e impactos significativos e oferece um excelente laboratório que pode orientar o trabalho para o SLM na TASS. Der fato já se cogita a expansão do mesmo para outros municípios ao longo do Rio São Francisco.

Fundo Nacional de Mudança Climática – SEMARH

O objetivo é estabelecer mecanismos bem sucedidos de combate à desertificação nas áreas susceptíveis à desertificação, por meio da adoção de práticas de proteção, conservação, produção e uso múltiplo e integrado e sustentável de recursos naturais e difusão de tecnologias para a convivência com o semiárido.

O recurso de 2,7 milhões de reais foi aprovado em 2011 e até o presente momento pouco havia sido executado. Uma ação importante dedicada a intervenção sobre a situação dos recursos florestais (uso racional e recuperação) estava em andamento, bem como a instalação de alguns biodigestores para agricultores familiares. Somente em finais de 2016 o MMA e o Governo do Estado resolveram acelerar a implantação do Projeto modificando a forma de alocação e decidiram aplicar a maioria dos recursos na viabilização de algumas URADS (unidade de recuperação ambiental e combate a desertificação....) cujo conceito foi recentemente proposto pela diretoria de Combate a Desertificação do MMA.

Se pretende implantar tais unidades em localidades (microbacias) de alguns municípios selecionados, implementando um conjunto concentrado de ações de natureza social, ambiental e produtivas, afetando conjuntos de 25 a 30 famílias a um custo aproximado de R\$ 500.000,00 por localidade e a ser implementado por OSCs (organizações privadas sem fins lucrativos).

Abstraindo desta decisão recente, o nível de execução (e aplicação de recursos) foi muito reduzido. Em pouco mais de 4 anos foi contratado cerca de um milhão de reais (R\$ 250.000,00/ano).

Mesmo admitindo que com esta nova decisão os recursos possam ser implementados rapidamente (até 2018) significa que para realizar uma alocação de pouco mais de três milhões de reais sete anos se passaram, o que implica em uma média de aplicação anual de pouco mais de R\$ 400.000,00 para o conjunto do TASS.

Gastos do Governo Estadual

O exame do orçamento do Estado de Sergipe permite indicar – ainda que de forma grosseira – os volumes investidos em temas associados ao SLM.

Os dados são especificados por “Função” dentro das quais se realizam gastos de “pessoal”, “custeio” e “capital”. Desta forma nem todo o valor alocado é aplicado em atividade finalística. Os custos de pessoal no Estado representam “*grosso modo*” 60% dos recursos orçamentários.

Tendo em vista esta característica torna-se necessário “depurar” o dado para obter uma melhor aproximação de valores efetivamente aplicados em atividades fim.

A Tabela a seguir mostra os valores alocados no orçamento para algumas funções mais diretamente associadas com a matéria e apresenta uma estimativa dos valores prováveis para projetos ou atividades relacionadas com o SLM.

Tabela 4: Orçamento do Estado por Funções Seleccionadas - 2013

Orçamento do Estado de SE R\$ milhões	Valor	% do Orçamento do Estado	Disponíveis para SLM (Total – Gasto com Pessoal)
Gestão Ambiental	19,5	0,29	(7,8)
Preservação e conservação	0,9	0,0001	0,3
Controle Ambiental	0,6		0,2
Recuperação Áreas Degradadas	0,0	0,0	0,0
Recursos Hídricos	2,0		0,0
Meteorologia	0,0		0,0
Subtotal	2,5		
<i>Demais sub-funções não específicos</i>	<i>16,8</i>	0,25	(6,6)
Agricultura	133,4	1,98	
Promoção Produção Vegetal	1,0		
Promoção Produção Animal	0,2		
Def. Sanitária (animal e Vegetal)	0,2		
Abastecimento	0,1		
Extensão Rural	13,0	0,19	5,1
Irrigação	4,8		
Sub total	19,3	0,29	
<i>Demais sub- funções de agricultura</i>	<i>114,1</i>	1,69	(44,9)
Organização Agraria (Ref Agraria)	3,4	0,05	1,4
Orçamento Total do Estado	6.731,80	100,00	6,0

Fonte STN – Ministério da Fazenda (www.tesouro.gov.br)

Note-se que tanto no caso da função “Gestão Ambiental” quanto da “Agricultura” a maior parte da alocação é feita baixo uma rubrica de “demais funções não especificadas”, o que

obviamente impede a compreensão sobre o destino final dos recursos que podem ou não ser utilizadas para a finalidade do Projeto.

Os seis milhões identificados são para o conjunto do Estado, devendo ser distribuído para o conjunto das 8 unidades territoriais administrativas. Ora o TASS apesar de ocupar 22% do território responde por somente 5,3% do PIB (em 2014).

Caso a alocação de recursos estaduais seja de alguma maneira direcionada pela importância da contribuição regional ao PIB, significaria um apoio anual de R\$320 mil reais/ano.

O Estado dispõe também de um de investimento semelhante ao PDHC, também com um financiamento do GEF (e fortes contrapartidas do Estado) e com finalidades semelhantes ao acima referido. Trata-se do **Projeto D. Távora** que apesar de objetivos e metodologias semelhantes as do PDHC foi desenhado para atingir atender além de outra regiões do Estado, áreas do sertão central (não cobertas pelo PDHC).

O projeto dispõe também de componentes “estruturantes” (ou transversais) como os de “Fortalecimento Institucional” (de Governo e entidades) e de “Formação” para o manejo sustentável de recursos naturais

Neste sentido o Projeto tem importância significativa para o combate a desertificação e para o fortalecimento institucional que afetará o conjunto do Estado.

Tabela 5: Orçamento das Prefeituras por Funções e Prováveis Aplicações em SLM

(Milhões Reais)								
Função	Despesa Total		Assistência Social		Assistência Comunitária		Agricultura	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Município								
Canindé de S Francisco	112,2	117,6	10,4	11,3	0,0	0,4	5,4	10,8
Gararu	18,3	18,8	0,7	0,6	0,3	0,5	0,2	0,0
Monte Alegre	19,9	22,2	0,7	1,1	0,2	0,4	0,2	0,4
N Sra. Glória	48,9	54,7	1,3	1,4	1,1	1,3	0,6	0,8
N Sra. Lourdes	11,1	12,7	0,8	1,0	0,2	0,2	0,4	0,4
Poço Redondo	49,2	50,5	1,5	1,8	0,7	1,7	0,8	0,0
Porto da Folha	37,7	43,3	0,9	1,1	0,3	0,7	0,6	0,4
	297,3	319,8	16,3	18,3	2,8	5,2	8,2	12,8
Média/Município	42,5	45,7	2,3	2,6	0,4	0,7	1,2	1,8
<i>% do gasto Orçamentário</i>			5,5	5,7	0,9	1,6	2,8	4,0
<i>Sem Canindé de São Francisco</i>	185,1	202,2	5,9	7,0	2,8	4,8	2,8	2,0
<i>Média 6 Municípios</i>	30,8	33,7	0,9	1,1	0,5	0,8	0,5	0,3

Fonte: STN- Ministério da Fazenda

Gastos e Transferências dos Governos Municipais do TASS

Tal como nas outras esferas da federação a seguir se examina a alocação de recursos orçamentários. A tabela a seguir especifica valores alocados nos anos de 2013 2014 por Função e por Município. Devido as conexões locais entre atividades, a título de informação se inclui dados sobre assistência social, comunitária e agricultura

Nota-se que praticamente 1/3 do total dos orçamentos municipais do TASS está alocado em Canindé de São Francisco, que tem as maiores alocações em cada função elencada.

Como em outras esferas da federação, as municipalidades consomem a maior parte de seus orçamentos em pagamento de pessoal. Na média da região o percentual alcança 62%. Ou seja dos valores acima especificados somente uma parcela menor pode ser alocada a atividades fins.

A Tabela seguinte combina dados dos gastos por função, deduzidos valores pagos na rubrica de “Pessoal” dentro de cada função.

Tabela 6: Estimativa de Valores Aplicados em SLM em Municípios do TASS-2.013

Função	R\$ Total Milhões	Assistência Comunidade	Agricultura	Pessoal % do Total
Municípios				
Canindé de S Francisco	47,6	0,0	2,3	57,6
Gararu	6,0	0,1	0,1	67,2
Monte Alegre	5,8	0,1	0,1	70,9
N Sra. Gloria	18,1	0,4	0,2	63,0
N Sra. Lourdes	3,5	0,1	0,1	68,5
Poço Redondo	23,1	0,3	0,4	53,0
Porto da Folha	8,9	0,1	0,1	76,4
Totais	113,0	1,1	3,1	62,0
Média por Município	16,1	0,16	0,44	--
% do gasto orçamentário	38,0	0,03	1,00	--

Fonte: STN – Finanças Municipais

Mesmo admitindo com otimismo que todo o valor aplicado em agricultura fosse dedicado ao SLM estaríamos ainda com valores ridiculamente pequenos para cada município.

No entanto tal não acontece; segundo informação direta prestada ao consultor pelo Sr. Secretario de Agricultura do Município de Canindé de São Francisco⁹, no caso do município,

⁹ O consultor que deixar registrado a gentileza do Secretario que recebeu-nos em sua residência,, fora do horário de trabalho.

o maior gasto realizado (além de pessoal) foi com o pagamento permanente de “carros pipa” para garantir o mínimo de abastecimento de água para a população.

3.1.2 Outras Fontes de investimentos no TASS

Foram examinadas também contribuições de fontes não diretamente associadas ao crédito, inclusive transferências orçamentárias, governamentais, doações de empresas estatais (PETROBRAS, Fundação Banco do Brasil, Fundo Sócio Ambiental da Caixa) bem como recursos do FNMA e do Fundo Nacional de Mudança Climática.

Em relação às empresas estatais, houve uma tendência recente em associar seus financiamentos e patrocínios a programas governamentais. Para a região, muitos destes apoios foram dados a programas de acesso a água (Fundação Banco do Brasil) e para apoio a iniciativas como as do Instituto Xingó e do SERGIPETEC (Petrobras).

O FNMA e o FNMC não fizeram (nos últimos 5 anos) aplicações diretas em entes municipais do TASS, ainda quando financiaram organizações (governamentais) que realizavam operações de combate a desertificação no TASS.

A partir de relatórios destas entidades pode-se inferir que, financiam volumes relativamente importantes para o total do Estado (ex: FBB entre 2013-2105 financiou projetos com uma média de R\$6 milhões/ano, Petrobras cerca de R\$1 milhão/ano), mas muito pouco deste valor estaria sendo dedicado ao TASS. Considerando todas as informações fragmentárias disponíveis, numa estimativa otimista pode-se assumir que em conjunto estes atores colocariam em atividades assemelhadas as de SLM, cerca de R\$ 1 milhão/anual.

Levantaram-se também dados relativos a doações de organizações privadas (tipo Caritas Nacional, CESE ou da cooperação internacional, inclusive de organizações religiosas). Nestes casos foram realizados financiamentos para microprojetos de convivência com o semiárido e poucos casos estão relatados.

Ainda quando existem vários projetos financiados por estas fontes, dedicados a múltiplas dimensões do conceito de “convivência com o semiárido” (que obviamente incluem práticas de SLM).

Somente um destes projetos, por valor de R\$ 7.000,00 pode ser claramente identificado como sendo dedicado a práticas de SLM. Evidências dispersas sugerem que, para toda a região do TASS, o montante total destes apoios não deve alcançar R\$ 100.000,00/ano.

Uma Fonte de financiamento pouco mencionada é o Sistema S. Como via de regra as instituições participantes se dedicam à formação e capacitação de empreendedores, ele não aparece como ator relevante do ponto de vista de investimentos financeiros diretos nas atividades produtivas. No entanto o SEBRAE (em parceria com outras organizações e financiadores como a FBB) desenvolve no TASS, desde 2008, um projeto de produção de palma forrageira de grande relevância, que adicionalmente trabalha de forma integrada com as técnicas de SLM. No Projeto “Palma Para Sergipe”, os investimentos anuais são variáveis e alcançaram entre 2008-2012 valores próximos a R\$ 500 mil/ano.

Com o sucesso deste projeto, decidiu-se ampliá-lo e a partir de 2013 o Projeto chama-se “Palma Doce Sergipana” e pretende entre 2013-2017 duplicar a área trabalhada e realizar investimentos anuais de mesma ordem que o projeto anterior. Devido a restrições orçamentárias do SEBRAE há, na atualidade, uma certa paralisia do projeto. Isto posto, e com todas as restrições e alertas já colocados, admitindo que cerca de R\$ 1,6 milhão/ano é aplicado com o uso destas fontes alternativas, podemos assumir que o incremento de investimentos em SLM proposto pelo Projeto deve alcançar cerca de 0,3 milhões/ano.

3.1.3 Uma nota adicional valor econômico do Trabalho Voluntário no TASS

Estudos recentes tem mostrado a importância da contribuição econômica do voluntariado no enfrentamento dos temas de interesse público.

A título de exemplo, a Pastoral da Criança com contas auditadas apresenta um balanço de contas econômicas onde o trabalho dos voluntários, estimado em salário mínimo, contribui com um valor equivalente a R\$ 162 milhões; adicionalmente, pesquisa realizada pela CNBB estimou que cada voluntário de suas obras sociais ao longo do ano, dispense cerca de R\$ 100,00 para realizar seu voluntariado. Como a Pastoral tem cerca de 198.000 voluntários o total da contribuição dos mesmos atinge R\$ 19,8 milhões adicionais, aumento o valor original para R\$ 181,8 milhões anuais (ou pouco mais de R\$ 900,00/voluntário ano)

enquanto o aporte financeiro anual do Ministério da Saúde no mesmo período (2014) alcançou R\$ 17,5 milhões/ano¹⁰.

Na parte 2 deste Produto se examina com mais detalhe estes elementos, mas nesta seção basta recordar que existe um numero importante de entidades envolvidas com agricultura familiar que tem uma capacidade de mobilizar voluntários para atuar em causas de interesse público.

No Produto 2 sinalizou-se que existiriam no TASS, 298 OSCs ativas que dadas suas características podem representar um estoque de pelo menos 1.000 voluntários (lideranças e responsáveis diretos). Se cada um destes contribui como valor encontrado para o voluntario da Pastoral da Criança, isto significa um aporte adicional equivalente de R\$ 0,9 milhão/ano valor este mais que o dobro do investido por uma Prefeitura média em ações diretas de SLM (ver Tabela6).

Independente dos valores absolutos, o importante a reter é que existem pessoas e entidades que contribuem efetivamente para a melhoria das condições de vida da região. Isto é um ativo a ser considerado em qualquer processo de mudança.

3.1.4 Consolidação dos Gastos Atuais com SLM

Nas seções anteriores buscou-se identificar fontes atuais ou potenciais de financiamento para o SLM. Como repetido, adotou-se uma abordagem otimista do tema. O que leva a uma superestimação dos volumes atualmente aplicados em SLM. Esta opção foi consciente.

Como a meta do Projeto atual é de aumentar em 20% os investimentos em práticas, a superestimação do volume atual determina a necessidade de um volume maior de investimentos em SLM, o que, nas condições atuais de degradação dos solos, pode significar acelerar melhorias de curto e médio prazo.

¹⁰ Ver: www.pastoraldacrianca.org.br – “quem somos”

A tabela a seguir sumariza os resultados obtidos:

Tabela 7: Estimativa de Investimentos Anuais em SLM no TASS

Fonte	Valor Estimado (2014-2015) (R\$ milhões)	Incremento desejado pelo Projeto (20%)
• Crédito Rural	6,90	1,38
• Governos	1,68	0,33
<i>Federal</i>	0,90	0,18
<i>Estadual</i>	0,34	0,07
<i>Municipais</i>	0,44	0,08
• Outras Fontes	2,8	0,56
Total	10,18	2,27

Fonte: Tabelas anteriores e “Marco de Resultados Estratégicos” do Projeto.

Dadas as características dos Investimentos da região, seria suficiente que 400 agricultores (adicionais) do TASS adotassem práticas de SLM para que a meta fosse alcançada. Considerando que no período examinado foram celebrados cerca de 7.000 contratos de investimento/ano, a meta seria facilmente alcançada com a melhoria de afetação de menos de 6% dos contratos de crédito rural convencional.

Estes valores designados como metas do Projeto são extremamente baixos comparados, por exemplo, com o total de investimentos produtivos realizados no Estado de Sergipe ou mesmo no TASS onde a Formação Bruta de Capital Fixo (conjunto de todos investimentos da economia, cuja taxa anual varia de 17 a 20% do PIB) alcançava, em 2013, valores próximos a R\$ 300 milhões/ano. Comparando com o valor total investido em crédito agrícola no próprio TASS (R\$44,0 milhões) o número é 22 vezes menor.

Salientou-se neste capítulo que os volumes aplicados com uso de práticas de SLM são muito menores que aqueles investidos em práticas predatórias (em menor ou maior grau).

No Produto II foi apontado um avanço anual de pouco mais de 3% em processos de desertificação no território, indicando - por correlação - que para cada 10 milhões investidos haveria uma deterioração de 0,7% da área do TASS. Fica claro, que mesmo com o atingimento das metas do Projeto os processos de degradação continuarão ser hegemônicos.

3.1.5 Estimativas de Custos de Adoção de Práticas de SLM

O Projeto se propõe a reduzir a degradação dos solos em pelo menos 2.000 propriedades de agricultores familiares, em uma área de 8.000 hectares. Isto se faria pela adoção de “práticas de SLM” que – infelizmente - não estão suficientemente explicitadas.

Este elemento impede uma clara definição de custos e dos investimentos necessários.

Pode-se partir do custo de uma pequena barragem “base zero” (R\$ 700,00 em mão de obra), preparar um Hectare em curva de nível (R\$ 1.000,00).

Não obstante tais iniciativas isoladamente não prosperam. Esta constatação levou os práticos do desenvolvimento rural a desenhar projetos mais complexos.

Na experiência acumulada dos últimos anos, foram sendo definidos alguns “pacotes” de investimentos para implantação de práticas de conservação e produtivas de convivência com o bioma, práticas agroecológicas, manejo florestal, de caatinga etc. Os mais completos sugerem valores de R\$ 15 a R\$ 35.000,00 por família¹¹.

Trabalho mais recente realizado pelo CFAC no âmbito deste projeto¹² contém estimativas muito detalhadas (e localizadas no TASS) que permitem derivar com mais segurança uma média ponderada de R\$ 35.000,00 entre investimentos familiares e comunitários associados a processos de capacitação. Considerando somente os individuais este valor alcança R\$ 20.000,00/família.

Dadas às metas (2.000 famílias) e considerando como verdadeiro este último valor obter-se-ia acumulado, um custo total de R\$ 40 milhões. Obviamente este custo seria parcelado ao longo de alguns anos de execução de qualquer projeto¹³.

Ao longo desta seção identificou-se (de forma muito otimista) que anualmente já são aplicados pelo crédito convencional e por outras ações de governos e instituições privadas quase sete milhões de reais anuais em SLM.

¹¹ O MMA está propondo um conceito de intervenção (URAD) no qual o custo por família está estimado em R\$ 17.000,00 ao qual há que adicionar um custo de administração de pelo menos 10% para a eventual unidade gestora do projeto e custos adicionais para o setor público local, o que levaria o custo para aproximadamente R\$ 20.000,00. Uma avaliação do PRODHAM (Ceará) estima em mais de R\$ 20.000,00/família (em Reais de 2015). A proposta do Base Zero apresentada pelo Eng Jose Padilha (promotor do Base Zero) em evento sobre “Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável” em 2000 estimava – em R\$ de 2015 – o custo por família poderia alcançar R\$ 35.400,00. (ver: NEAD-MDA, Brasília 2.000, 376 pag.)

¹² “Propostas de Intervenção na Área Foco do Projeto” - Produto 5 -Versão Preliminar – verão de 2017. CFAC.

¹³ O PDHC conseguiu em 10 anos ajustar o manejo de 25.000 hectares, projetando uma média de 2,500/ano em todo Nordeste. Como as metas do projeto são de 8.000Has, em 4 anos se lograria tal objetivo. Para o Sergipe neste período, o projeto atendeu pouco mais de 1.000 famílias (em atividades intensivas em SLM).

Imaginando um projeto de três anos (como este Projeto atual) seriam necessários R\$ 19 milhões adicionais, ou pouco mais de R\$ 6 milhões adicionais/ano.

Devido às restrições fiscais (de todos os governos) este valor adicional para financiamento deste tipo de atividade seria dificilmente obtido no curtíssimo prazo (que é o de vigência do Projeto 014/G32).

Em outra abordagem menos ambiciosa podem ser construídos “pacotes” de práticas de SLM inicialmente separados dos investimentos em atividades agrícolas e pecuárias (privadas). Assim, parte de atividades comunitárias, atividades como capacitação, assistência técnica, e de construção de infraestrutura produtiva (curvas de nível, barragens sucessivas, cercas) seriam adotadas como constitutivas de um projeto.

Estas ações primeiras seriam complementadas por atividade produtivas (e de estruturação produtiva da propriedade) que seriam viabilizadas diretamente pelo crédito rural convencional.

Esta separação não é somente didática. O Produto II mostrou claramente que, no TASS, a atividade agrícola (e pecuária) é extremamente arriscada e com rentabilidade quase sempre negativa ou, no médio e longo prazo, praticamente nula. Nestas condições o crédito mesmo com algum subsídio torna-se inviável.

Assim, visando reduzir o risco do produtor e buscando viabilizar a adoção das práticas de SLM, um projeto deve buscar minimizar ou mesmo neutralizar (para o agricultor) o custo adicional das práticas que se pretende sejam adotadas.

Insiste-se também no fato de que estas ações de SLM – no âmbito do Projeto – são desenhadas para atingir parte de um segmento da agricultura familiar regional. Isto significa que mesmo em caso de sucesso absoluto menos da metade das terras atualmente utilizadas na agropecuária estariam praticando o SLM. Esta condição, do ponto de vista da política estadual de combate a desertificação e da busca do desenvolvimento sustentável é - no mínimo – insuficiente.

3.1.6 Gargalos Identificados para Aumentar os Investimentos em SLM

Em seções anteriores e no Produto identificou-se um conjunto de elementos que atuam no sentido de dificultar a adoção generalizada de práticas de SLM.

Em primeiro lugar deve-se deixar claro que do ponto de vista do crédito rural e – em geral dos instrumentos financeiros disponíveis – há uma ampla gama de ofertas e de possibilidades comentadas anteriormente.

O documento "Alternativas de Financiamento Agropecuário - Experiências no Brasil e América Latina"¹⁴ produzido em 2007 por consultores para o IIC-BIRD-PNUD mapeia detalhadamente o leque de opções acessíveis.

Se examinam as ofertas de bancos oficiais e comerciais que dispõe de uma dezena de programas (linhas de crédito), as das Instituições de Microfinanças Rurais (incluindo cooperativas e OSCs) bem como outros mecanismos de financiamento (ou de redução de risco de operações) entre elas a "titularização" (empréstimos de comerciantes, compradores, industriais, agiotas, venda antecipada de produto), além de outras como o "fideicomisso", o "leasing", o "factoring" e créditos para aquisição de terras e fundos de aval.

Nos últimos anos vem sendo incorporado – ainda que de forma embrionária – a prática de Pagamento de Serviços Ambientais ou do financiamento de projetos de crédito de carbono ou ainda dentro dos conceitos de REDD. Este instrumento pode servir como incentivo a que agricultores reduzam desmatamento, queimadas, práticas ou tecnologias inadequadas, recuperem cobertura vegetal e/ou mantenham preservadas áreas de seus imóveis. Estão sendo conduzidas experiências limitadas, mas que oferecem uma base para desenvolvimento.

Em resumo não é falta de instrumento ou mecanismo de financiamento. Muitos deles apresentam condições financeiras razoáveis e até mesmo subsídios para incentivar uma ou outra atividade ou setor social como a agricultura familiar.

No entanto a recente recessão e estagnação da economia nacional fazem prever a redução dos subsídios e incentivos atuais, o que pode dificultar ainda mais o acesso de grande parte dos agricultores a realizar investimentos necessários como o SLM.

¹⁴ Trabalho organizado por Antônio Marcio Buanain et outros; IICA-UNICAMP. Brasília 2007

Ainda assim todos estes instrumentos podem e devem ser melhorados a partir de um confronto com situações práticas e gargalos hoje existentes.

A seguir se examinam alguns destes gargalos:

a) Condições produtivas e custos adicionais

Analisou-se anteriormente o fato de que a atividade agrícola e pecuária era dificilmente superavitária. Riscos de clima, preços, mercados etc são extremos. Taxas de juros, mesmo quando menores que a média de mercado são superiores que as taxas tendenciais de lucratividade.

Este fato determina um comportamento de extrema racionalidade econômica e financeira por parte do agricultor que, com lógica impecável, visa minimizar os seus riscos (e custos). Assim, a adoção das práticas de SLM, ainda que possam – racionalmente – acenar para uma garantia de renda e sustentabilidade, demandam recursos e investimentos nem sempre acessíveis (ou cujos custos são muito elevados para os padrões locais e rendimento).

Em termos bastante simplificados: estas práticas seriam adotadas em grande escala somente no caso que esta opção tivesse custo zero (ou muito perto de zero). Tradicionalmente isto se consegue via subsídios por meio da fixação de uma taxa de juros nula ou negativa, por meio de subvenções econômicas diretas ou uma política de preços administrados.

Ora, dadas as condições fiscais, econômicas e financeiras do momento (e prospectivamente nos próximos 5 ou 10 anos), este tipo de política torna-se inaceitável (ou de uso extremamente limitado) e os atuais subsídios tenderão a ser eliminados a ser eliminados.

Note-se que grande parte destas práticas – que vem sendo adotadas no campo da agricultura familiar – estão quase sempre financiadas como doações em projetos específicos.

b) Deficiências de Formação de Atores Econômicos e Sociais

Diversos atores entrevistados salientaram que um dos principais limitadores das mudanças necessárias é a insuficiência de quadros técnicos e lideranças capacitadas para viabilizar as propostas como SLM.

Muitos afirmaram que mesmo que houvesse recurso financeiro haveria dificuldades de encontrar pessoas qualificadas que viabilizassem as iniciativas. Esta mesma constatação foi observada em um Seminário de Planejamento Regional do TASS organizado pelo Ministério da Integração Nacional – Desenvolvimento Regional e a Secretaria de Estado de Planejamento.

Naquele seminário, representantes de vários setores da atividade econômica afirmaram que o maior bloqueio aos processos de desenvolvimento da região é a baixa qualidade (ou a inexistência) da Educação e de processos de formação de pessoas. Salientou-se também a dificuldade de mudanças nos padrões tradicionais.

Muitas atividades econômicas em andamento na região requerem habilidades especiais (novas) por parte de técnicos de campo, de escritório, de agricultores, trabalhadores assalariados (qualificados e não qualificados). E, nem sempre há pessoal disponível para tanto nem disposto a alterar suas rotinas.

Adicionalmente, a adoção de novas tecnologias (e comportamentos produtivos) implicam em quebra de modelos tradicionais que mesmo limitados oferecem sensação de segurança aos agentes econômicos e sociais. De certa forma se requer uma mudança de cultura. Qualquer processo de formação deve lidar com esta condição sabendo que nenhuma sociedade no mundo muda de modelo sem segurança que o novo é melhor que o antigo.

Um elemento a ser observado em processos de formação se refere ao fato de que em muitos casos a tecnologia proposta implica em uma intensificação do volume de trabalho tanto na produção direta quanto na gestão e no relacionamento com o “mundo exterior”.

E, em certas condições, o indivíduo não dispõe tempo adicional principalmente nos seus picos de trabalho¹⁵.

¹⁵ A demanda de trabalho agrícola é determinada pelo “pico” de demanda e não pela “demanda média” ao longo do ano. Se há uma demanda adicional durante o período de pico o modelo pode tornar-se inviável.

No modelo usualmente hedônico da agricultura familiar, se os ganhos pessoais obtidos com a nova tecnologia forem iguais ou menores que os custos adicionais desta intensificação ela não será adotada.

Algo semelhante ocorre com a adoção de qualquer tecnologia. Tome-se o exemplo da tração animal: se o custo de manter o animal durante o ano for igual ou maior que os ganhos de produção e produtividade obtidos pela aração a prática não será adotada (e se adotada, será abandonada).

Com estes comentários quer se chamar atenção para a necessidade de que há uma grande necessidade de programas de formação mas que eles também devem ser customizados às condições locais.

c) Assimetria de informações, condicionalidades e desinformação.

Um terceiro gargalo é relativo a existência de assimetria a de informações no mercado de crédito ou de financiamento em geral. Esta situação se materializa quando agentes financeiros e tomadores de financiamento dispõe de informações incompletas ou insuficientes sobre cada qual.

O financiador não conhece plenamente nem o indivíduo a ser financiado, nem seu “projeto” (e resultados efetivos). Para se precaver ou garantir, cria condicionalidades ao tomador. Exige-lhe garantias reais, aval, aquisição de serviços bancários, documentação, seguros, comprovações, múltiplas filas etc.

O cumprimento de muitos destes requisitos implica em gastos (recursos financeiros e de tempo) nem sempre disponíveis ao tomador. Estas condicionalidades têm o mesmo efeito prático de um aumento na taxa real de juros e pode, com isto inviabilizar o financiamento (e o projeto). Estas exigências podem tornar-se tão grandes (custosas) que o eventual “tomador” desiste.

De outro lado o tomador, sem conhecer (ou compreender) plenamente as regras e condições de obtenção do financiamento bem como sua capacidade de cumprir as condições prévias ou de pagamento, tende a minimizar sua exposição, ajustar o “projeto”, reduzir sua demanda. Esta redução pode ser de tal ordem que, na avaliação do tomador, pode inviabilizar o “projeto”; assim ele o abandona. Pode ocorrer também erro (próprio ou

induzido) de avaliação do tomador que realizará então a operação de posteriormente não garantir o adimplemento de suas obrigações.

Na opinião da maioria dos agentes de crédito rural não existe assimetria. Os agentes e analistas de crédito fornecem informações detalhadas aos tomadores e, um número muito significativo de agricultores já realizaram várias operações de crédito que são relativamente simples.

Mas problemas de falta de informação são recorrentes principalmente do lado dos demandadores. A este respeito há que se considerar que existe uma distancia relativamente grande entre a “linguagem oficial” (ou dos bancos) e a dos agricultores.

Ou seja, o fato do Banco disponibilizar informação não implica que ela foi captada na mesma clareza pelo agricultor (ou tomador do financiamento). Assim o tomador, por exemplo, pode aplicar os recursos de maneira diversa do planejado (o que pode reduzir –ou não - suas chances de sucesso e afetar sua capacidade de pagamento).

Por outro lado há também uma percepção difusa de que o tomador do crédito rural pode vir a ser beneficiado por anistias das dívidas (prática real e recorrente).

No entanto, no caso do SLM a assimetria e a desinformação são quase absolutas. Em geral, nem agentes de crédito, nem extensionistas, nem agricultores dispõem de formação e informação suficiente a respeito. Mas é bom ter em conta que mesmo os setores que propõem a adoção de práticas de SLM ainda não conseguem uma “unificação de discurso” ou mesmo formular “pacotes tecnológicos” com suas especificações, coeficientes técnicos, tempo de implantação (e produção de retornos), custos etc.

Esta dificuldade decorre obviamente do fato já conhecido de que, neste âmbito, cada situação requer uma solução específica. Mas há um acúmulo de experimentos realizados na região, ainda que muitos não registrados ou sistematicamente avaliados. O caso do PDHC é emblemático a este respeito.

Felizmente, no caso do TASS, há um acúmulo de experimentação que facilitaria enormemente a construção destes “pacotes”. O Último relatório do CFAC (ver nota 9) apresenta material necessário e suficiente para tal desenho.

Mas é necessário sistematizar. E neste esforço não é suficiente “listar” propostas, as tecnologias e suas características individuais. Respeitando as especificidades há que explorar e estruturar requisitos básicos, complementariedades necessárias ou recomendáveis, opções concorrentes, conciliações de atividades, requisitos de mercado, “fora da fazenda” etc.

Sugere-se também que se leve em conta o fato de que, em um sistema fechado, bastante vulnerável e de grande exposição ao risco, a tendência do “chefe de família” (chefe da unidade produtiva) será a de assegurar a implementação da atividade no modo BAU, (negócios como sempre) e reagir ou não adotar um tipo de demanda que lhe afaste deste modelo.

Talvez isto explique, por exemplo, a importância extraordinária das mulheres agricultoras no que se refere participação política institucional e a adoção de tecnologias no TASS.

O relatório do CFAC (mencionado) e avaliações do PDHC indicam que em todos os casos, a maioria dos participantes em suas atividades de pesquisa e deliberação de novas práticas são mulheres. No caso do TASS relatado pelo CFAC, a média foi de 64% de participação feminina.

Tudo se passa como se (na família) houvesse uma “divisão de trabalho” onde o homem “assegura” a reprodução do modelo tradicional e a mulher assume a liderança na busca da inovação e superação¹⁶.

Esta condição familiar associada ao fato que na atualidade as mulheres são também “sujeitos de crédito” pode ser utilizada pelos agentes e promotores de desenvolvimento para dinamizar a implementação destas propostas de SLM. Admitindo a veracidade desta conjectura, no limite, os programas de fomento destas práticas deveriam focar e customizar seus esforços na adesão das mulheres agricultoras.

¹⁶ Este “modelo” é resposta eficiente às condições do bioma: mantém a unidade e o eventual progresso da propriedade, maximiza o uso de recursos humanos e reduz riscos. No argumento patriarcal, se algo não funcionar o básico estaria garantido pelo homem e o fracasso seria “culpa da ingenuidade da mulher”. No caso de sucesso é a família que ganha...

d) Fragilidades Institucionais no Setor Público e Privado

O problema da fragilidade já está identificado e sua superação é um dos objetivos do Projeto atual. No diagnóstico (e linha de base) se salienta que o número de funcionários do setor público estadual com conhecimentos sobre o SLM é quase nulo. A mesma situação é encontrada nas municipalidades. Os problemas de DT e SLM estão praticamente ausentes na agenda destes operadores.

Em ambos os casos há também o fato agravante de que existem pouquíssimos funcionários realmente dedicados a atividades relacionadas até mesmo com o setor agrícola em geral. Vimos que as alocações orçamentárias (estaduais e municipais) são mínimas e mesmo quando as despesas com pessoal representem o maior volume de gastos dentro das funções de “Agricultura”, “Gestão Ambiental” ou mesmo “Assistência Comunitária”, o número de servidores é francamente insuficiente para atender adequadamente a demanda corrente.

Levantamentos em base a dados dos portais de transparência do estado e do TCE-SE. Indicaram um quadro de muitas restrições¹⁷.

A soma de funcionários efetivos das áreas de “Gestão Ambiental”, Secretaria de Recursos Hídricos, Agricultura, da Empresa de Desenvolvimento Sustentável (diretamente envolvidas com o Projeto e suas temáticas) não chega a 400 funcionários para atender as 8 regiões de todo o Estado. Adicionalmente, mais da metade deles são alocados a atividades meio. Do total de funcionários cerca de 20% são técnicos de nível superior ou de cursos técnicos profissionalizados.

¹⁷.ver:<http://www.transparenciasergipe.se.gov.br/TRS/Pessoal/FolhaPagamento.xhtml>;
<http://www.transparenciasergipe.se.gov.br/TRS/Despesas/ElementoPorOrgao.xhtml?unidade=321031&mes=5&ano=2017&orgao=13128798001922>

No âmbito municipal a situação é ainda mais grave. A Tabela a seguir estima a quantidade de funcionários “disponíveis” em cada município.

Tabela 8: Funcionários Públicos Municipais (carreira) - 2014

Categorias	Funcionários	Técnicos capacitados ¹⁸
Municípios		
Canindé de S Francisco	1.419	1
Gararu	(37)	1
Monte Alegre	128	0
N Sra. Gloria	1.126	6
N Sra. Lourdes	195	0
Poço Redondo ¹⁹	(1)	3
Porto da Folha	1.160	1
Totais	4.066	12
Média por Município (6)	677	2

Fonte www.TCE.SE.gov.br

A média de funcionários por municipalidade chega a quase 700. A maioria destes servidores está dedicada a atividades administrativas e “serviços gerais”, de média e baixa qualificação profissional, mas um número bastante significativo é qualificado e ou especializado (como em educação e saúde).

A categoria de “Técnicos Capacitados” foi estimada em base a descrição da formação profissional ou da função desempenhada pelos servidores. Chama-se atenção para o fato de que há um número relativamente grande de servidores comissionados e que seguramente entre eles possam existir técnicos com capacitação nas áreas de gestão ambiental, desenvolvimento agrícola etc. De todas as formas o numero obtido (0,3%) é quase insignificante quando comparado com o total de servidores.

Mas ao mesmo tempo, há que se considerar que do orçamento total das Prefeituras do TASS em 2013 (R\$ 320 milhões), pouco mais de 62% (quase 200 milhões) são dispendidos com pagamento de pessoal.

Mesmo excluindo gastos com pessoal das áreas de educação, saúde e até mesmo assistência social, este numero demonstra a presença potencial de uma capacidade

¹⁸ Refere-se a numero de técnicos com formação vinculada a temas de agricultura e meio ambiente.

¹⁹ Não foi encontrada explicação para a estatística municipal indicar a existência de um único funcionário. O quadro funcional autorizado por lei municipal e de 448 funcionários.

operacional importante na região, que com devida formação, poderia atuar de maneira a modificar positivamente o quadro encontrado.

Assumindo que cada município disponibilizasse 1% de seus quadros (5 a 10) empregados (de qualificação básica) para lidar – por exemplo – com a implantação de curvas de nível se conseguiria rapidamente importantes e positivas variações de situações.

A insuficiência de meios fica patente quando se observará no Capítulo seguinte (Produto 3.2 – Avaliação da Capacidade Operacional das OSCs) que uma única OSC da região (o CFAC) chegou a dispor (em 2.015) de 200 técnicos trabalhando com Assistência Técnica direta a agricultores nas várias regiões e territórios do Estado (ver P 3.2 a seguir). Isto mostra –inequivocamente – a importância relativa das OSCs no TASS.

Se a estes números forem adicionados os técnicos das empresas privadas de planejamento ou de comercialização (de insumos e de produtos) fica mais evidente ainda a importância do setor privado (de fins mercantis ou sem fins de lucro) na oferta deste serviço.

Esta consultoria, em suas visitas de campo observou que, também no setor privado, diretamente envolvido com estas questões há um reduzido número de técnicos com real capacidade de atuar nesta direção. Mesmo nos agentes financeiros, os analistas de crédito, saturados por inúmeras demandas tem poucas condições para oferecer uma Assistência mais intensiva ou qualificada.

e) Custos Implantação de SLM

Viu-se em sessões anteriores que o custo médio da implantação das práticas de SLM pode alcançar R\$ 35.000,00/família considerando custos dos subsistemas doméstico produtivo (benefício individual da família) e comunitário (benefício do conjunto da comunidade)²⁰. Este valor foi identificado tanto em projetos de Base Zero (integrados) quanto no caso mais recente das propostas identificadas pelo CFAC.

No caso das estimativas do CFAC o custo médio do subsistema produtivo está próximo de R\$ 11 mil/família, o subsistema doméstico em cerca de R\$ 14 mil e o comunitário aproximadamente R\$ 10,0 mil/família.

²⁰ A conceitualização desta subdivisão se encontra detalhada no Produto 5 do CFAC. Ver nota 9

Teoricamente o subsistema “doméstico” e o “produtivo” (individualizados) poderiam ser objeto de financiamento com crédito (reembolsável) assumido por famílias e o subsistema comunitário por meio de doações.

Nesta hipótese os custos adicionais a serem suportados pelo poder público seriam bastante reduzidos, mas seguramente a operação estaria inviabilizada, pois, dado a rentabilidade e as taxas de juros vigentes dificilmente os agricultores aceitariam se endividar nos valores apontados (mesmo no longo prazo).

Em outra abordagem menos ambiciosa podem ser construídos “pacotes” menos custosos de práticas de SLM como, por exemplo, a adoção de curvas de nível (ou terraceamento). Neste caso os custos cairiam a níveis mais suportáveis pelo setor público e, os investimentos adicionais seriam viabilizados pelos mecanismos de financiamento convencionais.

O fato a ter em conta é que é necessário buscar reduzir estes custos sob pena de restringir até mesmo a capacidade e efeito demonstrativo destas práticas.

f) Recessão, insegurança e Restrições Financeiras

Ambientes recessivos, inseguros, com taxas de juros relativamente elevadas são hostis à adoção de inovação. A recessão prologada da economia em geral, a seca em particular, crise fiscal dos governos e insegurança política inibem fortemente os investimentos. E o setor agrícola não escapa desta condição.

Analistas econômicos estão sugerindo que será necessário quase uma década para retomar processo de crescimento sustentável da economia em geral. No setor agrícola há um otimismo maior, mas, de todas as formas há uma redução do dinamismo dos investimentos e da produção. Este fato dificulta sem dúvida a adoção de novas práticas e tecnologias e, seguramente dificultará a realização dos objetivos deste projeto.

g) Tempo de Implementação das Ações

Ao longo da análise observou-se que o tempo de implementação das ações de SLM é muito elevado. O tempo de identificação, desenho, negociação e contratação de um Projeto qualquer alcança facilmente dois anos de trabalho. Após aprovação de um projeto (ou a

contratação de uma iniciativa) e o início de sua operacionalização em campo gasta-se - em muitos casos um ano ou pouco mais. Isto foi observável em vários casos aqui examinados, como no PDHC, no PDT e nas operações com recursos do FNMC ou com a ANA.

E, haverá sempre o tempo de execução, que, por várias razões costuma se alongar, por razões operacionais de campo, regras administrativas, irregularidades de desembolsos e até climáticas. Uma iniciativa para a qual se prevê um prazo de execução de 12 meses, raramente atinge este objetivo e se alonga pelo menos até 18 meses (sem contar o tempo de prestação de contas).

Ora este longo “percurso” para viabilizar ações SLM com mitigação (redução) de processos de degradação se confronta com a sistemática e relativamente veloz aplicação de recursos indutores de degradação do solo.

Produto 3.2 - OSCs no TASS: Capacidade e Potencial

O Produto 2.2 buscou realizar um diagnóstico sumário da situação das OSC no Estado de Sergipe e no TASS. Ali esta sinalizada a fragilidade institucional e operacional das organizações. Mas ao mesmo tempo se sinala a importância destas organizações nos processos sociais e econômicos da região.

Neste relatório se pretende detalhar com mais profundidade estas características. Por falta de dados específicos (primários) em muitas situações foram realizadas estimativas que devem ser entendidas como proxys (aproximações) da realidade e não a realidade material em si mesmo.

3.2.1 Avaliação da Capacidade e Limites Operacionais das OSC do TASS

Entidades Atuentes e Inativas

Os levantamentos realizados e apresentados no Produto 2 sugerem, conforme tabela a seguir, a existência de praticamente 300 organizações ativas nos sete Municípios

Tabela 9: OSCs Ativas no TASS - 2015

Municípios	N de OSCs	% do Total	População (milhares)	Habitante /OSC
Canindé de São Francisco	45	15,1	25,7	571
Gararu	29	9,7	11,4	393
Monte Alegre	28	9,4	13,9	496
N. Sra. da Gloria	49	16,4	33,9	692
N. Sra. de Lourdes	7	2,3	6,3	900
Porto da Folha	80	26,9	27,4	343
Poço Redondo	60	20,1	31,6	527
TASS	298	100,0	150,2	504
<i>OSC Ativas Sergipe</i>	<i>3.958</i>	<i>7,5</i>	<i>2.110</i>	<i>533</i>

Fonte : Mapas das OSCs – IPEA 2015²¹

A este número há que se acrescentar algumas poucas organizações sediadas em outros municípios (ou mesmo em outros estados), mas que também operam na região.

Nota-se que mais de 50% das entidades estão sediadas em Canindé de São Francisco, Porto da Folha e Poço Redondo, municípios que como se sabe, sediam numero significativo de projetos de Reforma Agrária.

²¹ O MAPA das OSCs é permanentemente atualizado fazendo com que estes valores passam por alterações quase mensais.

Comparativamente, o grau de associativismo do TASS (medido pela relação Habitante por OSC), é ligeiramente superior ao do Estado e bastante superior à média brasileira que em 2016, passa dos 670 habitantes por OSC.

Este dado pode ser considerado uma característica importante da região. Estudiosos dos processos de desenvolvimento são unânimes em considerar que o associativismo e a coesão social são elementos essenciais e necessários de processos de desenvolvimento sustentável.

Mas, conforme salientado no relatório anterior, estes número iniciais subestimam a capacidade organizativa da região, pois o conceito de “OSCs ativas” é baseado em indicadores oficiais derivados do cumprimento de requisitos de regularidade jurídico-fiscal das organizações e não da ação real das mesmas.

Segundo a FASFIL de 2005²² existiam registradas no TASS 356 organizações; mesmo com um crescimento “vegetativo” (2,6, equivalente ao crescimento do número de entidades em Sergipe) deveriam existir (em 2015) aproximadamente 500 organizações e não 298. No Estado de Sergipe a queda foi ainda mais acentuada: em 2005 existiam 4.507 entidades registradas e somente 2.380 ativas. Usando os mesmos parâmetros de crescimento, em 2015 deveriam existir 5.825 e não somente as 3.100 ativas. Estes dados sinalizam uma queda de mais de 2.700 organizações.

A título de exemplo, levantamentos realizados junto a cartórios de dois municípios indicaram a existência de um número muito mais significativo de organizações registradas. Em Monte Alegre, baseados em dados dos registros, a partir de 2006, foram encontradas 64 entidades, mais que o dobro no número atual de OSCs em atividade. No Cartório de N. Sra. da Glória estão registradas (desde 1959) 464 organizações; mesmo admitindo a mortalidade de muitas, o número de registro continua sendo bem superior. Somente entre 2008 e 2017 cerca de 200 novas organizações foram ali registradas, mas o número atual de OSCs ativas é somente de 49.

Com estes elementos pode-se inferir que o número de entidades ativas representa entre 25 a 50% do total de entidades registradas. Isto reafirma o elevado grau de associativismo encontrado na região.

²² Ver: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2005/>

Admitindo que o número de entidades registradas seja o dobro do número de entidades ativas, o indicador passa de 504 para 250 Habitantes por OSC, sinalizando um grau de associativismo quase três vezes maior que o do País²³.

Inegavelmente este é um Ativo importante para a região.

Este tema será retomado nas seções subsequentes, mas considerando que os dados disponíveis são para entidades ativas, as tabelas seguintes continuarão lidar com este número de OSCs ativas.

O Mapa das OSCs (IPEA) permite também especificar número de entidades por Tipos (finalidades) segundo os vários municípios do TASS conforme Tabela a seguir.

Tabela 10: Tipo de OSC por Município do TASS

Tipos de OSC	Canindé São Fco	Gararu	Monte Alegre	N Sra. Glória	N Sra. Lourdes	Porto Folha	Poço Redondo	TOTAL
Produtores Rurais, Moradores e Comunitárias.	16	16	11	21	1	39	25	129
Desenvolvimento	5		3	2	1	7	8	26
Outras de Desenvto e Defesa Direitos	6	-	1	2		1	6	16
Assistência Social	1	2	-	2	-	-	-	5
Religiosos	3	-	4	6	3	8	5	29
Educação	2	7	3	9	1	19	5	46
Totais	33	25	22	42	6	74	49	251
Com Potencial para SLM	15	15	23	21	2	49	45	170

Fonte: Mapa das OSCs- IPEA; Total de OSC desta Tabela difere do anterior por falta de informação completa de todas as OSCs inscritas.

Ressalta-se que a maioria absoluta das entidades se estrutura para realizar funções de interesse social e atividades relacionadas com campo de interesse do Projeto. Pouco mais da metade (51%) são vinculadas a produtores rurais (e grupos comunitários) e 16% operam com questão de desenvolvimento (em geral) e defesa de direitos que incluem obviamente muitas agendas dos movimentos sociais

Um exame mais acurado revela que aproximadamente 170 associações (68%), por suas finalidades imediatas podem se envolver diretamente com ações de um projeto de SLM.

²³ A insistência sobre o indicador de “registro” deve-se ao fato de que o ato de registrar no cartório uma associação implica que um grupo de cidadão, exercendo direitos, se organiza para uma finalidade. Isto é essencial em uma democracia.

A seguir se estima para o TASS, a partir dos totais de entidades do Estado, o número de OSCs por tamanho²⁴.

Tabela 11: Estimativa do Número de OSCs do TASS, por Tamanho (2015)

Tipos de OSC	TOTAL	Micro	Pequena	Média	Grande e Muito Grande
Produtores Rurais, Moradores e Comunitárias.	129	119	8	2	--
Desenvolvimento	26	25	1	--	--
Outros Desenvto e Defesa Direitos	16	15	1	--	--
Assistência Social	5	4	1		
Religiosos	29	25	2	2	
Educação	46	41	2	2	1
Totais	251	229	15	6	1

Fonte: Mapa das OSCs- IPEA; Total de OSC desta Tabela difere do anterior por falta de informação completa de todas as OSCs inscritas.

Repete-se na região o mesmo fenômeno observado no conjunto do País, ou seja, a predominância absoluta das pequenas organizações.

Finalmente se estima também a receita média das OSCs segundo sua categoria de tamanho. Como nos demais casos os números obtidos são aproximações que servem para sinalizar as dimensões econômico-financeiras de cada grupo de entidades.

Tabela 12 : OSCs ativas no TASS: Número e Receita Média Provável por Tamanho

	Micro	Pequenas	Médias	Grandes e Muito Grandes*
Numero de OSCs	229	15	6	1
Receita Media /OSC/ano (R\$ mil de 2015)	6,0	234,0	1.519,4	55.308,9
% das OSCs	92,0	5,9	1,8	0,3
% da Receita Total das OSCs	1,3	2,9	13,9	84,2

Fonte: Mapa das OSCs- IPEA; Total de OSC. *Obs: pode-se referir a um hospital

Para efeito de comparação o Micro Empresário Individual (MEI) pode ter uma receita média de R\$ 60.000,00.

²⁴ A classificação por tamanho se faz por número de empregados, considerando micro como sendo entidades sem empregados ou com até 2 empregados, pequenas com 3 a 10 empregados, médias de 11 a 100, grandes de 100 a 500 e muito grandes acima de 500 empregados (Ver Produto 2, pag. 38). No conjunto do Estado, 92% das organizações de produtos (e de moradores) são classificadas como micro. A média estadual é de 90%. No Estado somente 0,7% das OSCs são consideradas grandes ou muito grandes; no TASS somente 0,2%.

Em seguida, é considerado micro empreendimento a empresa com um faturamento anual abaixo de R\$ 360.000,00 e a “pequena empresa” aquela com faturamento (receita) de até R\$ 3,6 milhões. Assim, a quase totalidade das entidades está abaixo dos conceitos adotados para a criação de uma série de incentivos para empresas.

Fica claramente exposta a fragilidade financeira da imensa maioria das entidades. Obviamente a capacidade operacional que se deriva deste quadro é reduzida.

No entanto haverá que incluir neste exercício os valores das contribuições (em serviço) dos voluntários. Supondo que em cada entidade 3 pessoas (equivalentes) contribuem como voluntários, e que o valor estimado no Capítulo anterior para o trabalho voluntário (R\$ 900,00/ano) a “receita” das micros passa para R\$ 38,4 mil e das pequenas para R\$ 266,4 mil/ano.

Ainda assim os valores são reduzidos e insuficientes.

Esta fragilidade é ainda mais evidente quando confrontamos estes valores com os requerimentos de jurídicos e tributários que uma entidade deve cumprir para manter-se em atividade e em situação “regular”.

Custos Institucionais Básicos

Do ponto de vista legal uma associação de cidadãos nasce e adquire personalidade jurídica quando seus atos constitutivos forem registrados em um Cartório (registro público). Exigências subsequentes (tipo CNPJ) viabilizam o funcionamento “regular” e o relacionamento da mesma com outros entes juridicamente formalizados. No entanto, perante a lei (Código Civil), todas as proporções guardadas, a associação registrada no Cartório é como um nascituro: o bebê é pessoa, cidadão, ainda que sem seu CPF (ou a associação, sem o seu CNPJ)²⁵.

Como o tema é bastante amplo, vamos limitar a observar os requisitos legais para que uma entidade possa celebrar um contrato com o Governo (qualquer ente federado).

Além de provar sua capacidade operativa, como mínimo deverá:

- Ter regularidade jurídica, trabalhista, previdenciária e tributária (sentido amplo);

²⁵ As implicações desta situação de direito não são usualmente exploradas; como “pessoa”, a associação tem direitos e deveres desde o nascimento. Na atualidade, se parte da noção equivocada de que a Pessoa Jurídica só existe depois de obter o CNPJ.

- Realizar contabilidade segundo NBC emitida pelo CFC;
- Ter endereço (local de trabalho)
- Ter autoridades (dirigentes) em situação regular (com poderes legais)

Examinando as demandas financeiras para o cumprimento destas obrigações e supondo que a entidade seja recém criada (e portanto esteja juridicamente regular) os custos anuais de cumprimento destas exigências seria:

- a) Cumprir com as NBC significam grosso modo o pagamento do piso salarial do contador, 1 salário mínimo/mês durante 13 meses/ano, ou, R\$ 12,2 mil;
- b) Existência de endereço pode implicar em pagamentos como aluguel, água, luz telefone, internet, material de limpeza, de escritório etc. Como mínimo, pode se supor uma verba de R\$ 3,0/ano;
- c) Dificilmente se poderá prescindir de pelo menos um auxiliar de escritório. Ainda que seu custo seja de um salário mínimo (e encargos) a despesa atingirá R\$ 33,5 mil.

Somente com estes valores a entidade deverá dispende anualmente recursos da ordem de R\$ 48,7 mil. Se este custo básico for admitido como mínimo, irredutível e considerando que, se admite – em geral - que custos desta natureza (administrativos) sejam de 10% da receita bruta da organização, esta entidade, para estar considerada como dentro de padrões econômicos e financeiros aceitáveis, deveria dispor de uma receita anual não menor que R\$ 487.000,00.

Ora, este valor é o dobro da receita média estimada para as pequenas OSC do TASS. Mesmo admitindo superestimação por parte desta consultoria é conhecido o fato de que os custos brasileiros de “compliance” são bastante elevados. Em resumo, manter a “regularidade” da entidade custa caro. Proporcionalmente, quanto menor a entidade maior será a porcentagem da receita a ser utilizada para assegurar a regularidade.

Se pode então afirmar que, do ponto de vista econômico e financeiro, a quase totalidade das OSCs do TASS está operando com ineficiência e em risco de paralisação.

Estes números explicam facilmente a elevada taxa de “Inatividade” observada nos Itens anteriores. Colocam ademais um desafio: encontrar modalidades de operação que reduzam os custos de “compliance” de modo a facilitar a cooperação Intersetorial.

Nesta busca, as questões regulatórias são essenciais. Quase em 100% dos casos, são as determinações legais que criam estes custos. Em consequência, as normas legais devem ser trabalhadas e simplificadas.

A Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as OSCs (coletivo de OSCs voltados a desenhar propostas de melhoria no ambiente regulatório) sinaliza, por exemplo, a necessidade de um regime tributário simplificado principalmente para as pequenas entidades, bem como um regime de fomento e incentivos fiscais para as mesmas. .

A legislação de Contratualização entre OSCs e governos (Lei 13.019/14 e suas alterações) sinaliza para procedimentos simplificados de gestão, controle, prestação de contas. Uma simplificação destes mecanismos por parte do Governo do Estado seria mais que oportuna.

O governo estadual estava até recentemente preparando um Decreto de Regulamentação da Lei 13.019/14. Este tipo de regulamentação oferece oportunidade para reais avanços no relacionamento entre governo e sociedade civil. A título de exemplo se requer que Estados definam a criação (ou não) de um Conselho Estadual de Fomento e Cooperação – CONFOCO onde representantes de governo e sociedade civil podem dialogar e deliberar sobre propostas de aprimoramento das parcerias. .

Note-se que, apesar das fragilidades, deficiências e condições adversas aqui explicitadas, as OSCs do TASS continuam operando, ainda que com grande sacrifício por parte de seus líderes e associados.

Capacidade Operacional das OSC

A capacidade operacional de uma Organização é difícil de ser mensurada a partir de indicadores de “capacidade instalada”, pois estas podem ser rapidamente alteradas (acima ou abaixo) dependendo da demanda existente.

Requerer que uma organização mantenha um quadro funcional permanente sem considerar produção e produtividade ou em condições financeiras como as das OSCs do TASS seria uma prova de absoluta gestão temerária. Veja por exemplo a situação das entidades no que se refere ao pessoal contratado.

Tabela 13: OSCs Ativas no TASS - 2016

Municípios	Nr de OSCs	Trabalhadores Remunerados
Canindé de São Francisco	45	2
Gararu	29	11
Monte Alegre	28	0
N. Sra. da Gloria	49	210
N. Sra. de Lourdes	7	1
Porto da Folha	80	3
Poço Redondo	60	0
TASS	298	227

Em média existiria, segundo dados da RAIS, menos de 1 trabalhador formalizado por entidade. Observa-se também a concentração quase total existente nas entidades de Nossa Sra. da Gloria. Obviamente pode estar ocorrendo a omissão de declarações, mas vimos em seções anteriores (e no relatório - Produto 2.2) que a imensa maioria das OSCs não tem realmente empregados. Ainda no caso do município mencionado há uma única OSC (CFAC) que declara dispor de 200 profissionais oferecendo assistência técnica a 10.000 agricultores em todo Estado²⁶.

A meta deste Projeto é de assegurar a adoção de práticas de SLM por cerca de 2.000 agricultores. Tradicionalmente se considera razoável que técnicos de ATER atendam anualmente entre 90 e 100 famílias (agricultores)²⁷. Como o Projeto devia realizar-se em 3 anos (670 agricultores/ano), sete agentes de ATER, distribuídos nos sete municípios do TASS seriam suficientes para assegurar o sucesso da operação.

Não obstante esta tradição, a experiência relativa a adoção de práticas como as de SLM parece recomendar um tratamento diferenciado ao atendimento. Avaliações de especialistas advertem que esta adoção (mesmo em operações baseadas em doações) processo lento e deve ser mais intensivo.

De fato, proposta de Projetos de apoio a comunidades específicas (ver Produto 5 CFAC, ref. nota 9), editais do governo federal²⁸ sugerem pelo menos 2 anos de trabalho e um número aproximado de 30-35 agricultores/ano (em cada comunidade).

A Avaliação do PDHC (já mencionada) admite que, no caso daquele projeto, cada técnico assumiu no máximo 3,5 comunidades, o que remeteria para um total de pouco mais de 100

²⁶ Ver: <https://www.facebook.com/pg/CFACSERGIPE/about/>

²⁷ <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao;>

²⁸ http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/chamadas/Chamamento%20P%C3%BAblico_PDHC_2014_1%C2%AA_Republicacao.pdf

famílias. Mas a mesma avaliação se reconhece que, na opinião dos técnicos, havia uma “pressão por resultados” que prejudicava o avanço da experiência e reduzia o grau de respostas positivas da comunidade.

O argumento parece óbvio: não se trata somente de realizar um processo de mobilização e informação comunitária, oferecendo “mais uma novidade”; não é somente convencer de adquirir uma semente melhorada ou uma “matriz puro sangue”.

As mudanças propostas são mais complexas e implicam em transformações relativamente profundas para o próprio cotidiano dos agricultores. A assimilação, a adoção é necessariamente mais lenta e demanda um atendimento mais intensivo.

Ademais como estas práticas propostas vêm usualmente acopladas a uma intensificação da atividade agrícola tradicional, é natural que os agentes econômicos queiram incorporá-las gradativamente ao longo de um prazo maior²⁹.

A prática parece sugerir que a relação “número de agricultores por técnico” seja limitada a um máximo de 70/ano, o que elevaria a demanda por técnicos para o Projeto, mas asseguraria a qualidade e o resultado final.

Adicionalmente se observa que existem iniciativas de articuladas e conduzidas por pequenas organizações de base comunitária que desenham projetos com objetivos de ATER assemelhados aos deste Projeto e conseguem captar recursos (inclusive governamentais ou de estatais) para atender pequenos grupos de famílias.

Em geral estes pequenos projetos visam beneficiar em média 10 famílias/comunidade³⁰ sugerindo um grau ainda maior de concentração de atendimento.

Este fato é significativo, pois, viu-se que a imensa maioria das OSCs do TASS e composta exatamente por estas micro organizações, que mesmo com restrições conseguem viabilizar iniciativas como as de SLM.

²⁹ Há também que se considerar que o “ano agrícola” (que é determinante nestes casos) nem sempre se ajusta as disponibilidades financeiras ou operacionais dos projetos ou das instituições, sem contar com as tradicionais discontinuidades e atrasos destas iniciativas. Obviamente, resultados do segundo ano de atenção ao agricultor devem ser mais facilmente obtidos que no primeiro.

³⁰ Fonte: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sra/entidades-contratadas-de-ater-sic>.

Como foram mapeadas quase 170 organizações ativas estas poderia ser elegíveis para viabilizar ações de SLM. Se cada uma delas viabilizasse - em dois anos - a incorporação de 10 famílias (agricultores) as metas quase seriam realizadas baseadas unicamente na iniciativa destas organizações. Se considerarmos que as entidades inativas representam pelo menos uma centena adicional, o atendimento integral das metas do projeto poderia ser realizado por meio destas instituições.

É claro que a capacidade operacional das entidades não pode ser medida somente pela disponibilidade de técnicos (ou de pessoal em geral). Coloca-se também a questão de logística e infraestrutura das OSCs.

A este respeito é também evidente a precariedade dos meios. Mesmo as organizações pequenas e médias tem capacidade (e efetividade) reduzida por falta de mobilidade própria.

O consultor testemunhou vários casos onde a maioria dos responsáveis de entidades e lideranças comunitárias dependiam de favores, de pagamento de transportadores irregulares ou ainda uso de seus veículos pessoais. Com isto obviamente perdem eficiência (no mínimo aumentam o tempo e custo de deslocamento).

Como nos outros casos, havendo disponibilidade de recursos, estes meios são facilmente obtidos (alugueis, aquisições) e as deficiências operacionais deles derivadas plenamente superadas.

Há um elemento adicional a ser considerado: trata-se da necessidade de capacitação e de verdadeiros processos de formação de técnicos e lideranças das OSCs. Mesmo quando avanços significativos foram obtidos nos últimos anos, existe ainda a necessidade de investimentos nestas atividades.

Tal como ocorre nas instituições públicas, muitos agentes chave dos processos de adoção de práticas de SLM dentro das OSCs não estão familiarizados com as técnicas e condições de sua implantação.

Deficiências do sistema educativo formal não chegam a ser totalmente cobertas pelos processos de “formação em serviço” oferecidos nas OSCs. Além disto, mudanças sociais e ambientais aceleradas colocam desafios novos aos técnicos e líderes de entidades que tendem, como quaisquer outros, adotar respostas técnicas usuais mesmo com um cenário – por exemplo – de extrema e permanente adversidade climática e socioeconômica.

Ao não existirem ofertas adequadas de formação as entidades – confrontadas com desafios cada vez mais complexos – buscam com crescente dificuldade, oportunidades de superação dentro de seus próprios meios e quadros, o que pode ao longo do tempo provocar anacronismos de suas respostas..

Com estes elementos, e mesmo com algumas limitações relevantes, podemos afirmar sem sobra de dúvida que existe uma capacidade real e potencial para que as OSCs do TASS possam se envolver de maneira positiva e consistente neste processo.

Obviamente esta inserção não se dará espontaneamente e vai requerer o estabelecimento ou fortalecimento de canais de diálogo entre as partes.

3.2.2 Custos de Envolvimento de OSCs com a implantação de Práticas de SLM

Um dos últimos editais publicados pelo antigo MDA para a contratação de serviços de Assistência Técnica para agricultores familiares estabelecia o pagamento médio de R\$ 640,00 por família atendida (ou 675,00 em Reais de 2015).

No entanto, dados do relatório de avaliação do PDHC (documento já citado) permitem determinar que o custo da Assistência Técnica de caráter mais intensivo (valorada a preços de 2015) atingia o preço de R\$ 1.000,00 família/ano³¹.

A diferença de preços pode refletir diferença de qualidade e em todo caso, decisão administrativa de redução de custos ou de intensidade de atendimento.

Levando em consideração que o piso salarial do engenheiro (para 6 horas de trabalho) é de seis (6) salários mínimos ou R\$ 4.728,00/mês (2015), com o primeiro preço contratado (R\$ 675,00) ele poderia atender 7 agricultores; com o segundo somente 5. Ou visto em outra ótica (exemplo pagamento por hora técnica, R\$ 30,00) no primeiro caso o técnico poderia dedicar 23 hs/ano ao agricultor e no segundo caso 33 horas/ano.

Conhecendo e considerando o estilo de trabalho das entidades, do ponto de vista da sustentabilidade da ação das OSCs o preço estipulado pelo edital (de R\$ 675,00) é

³¹ [Ver: www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/chamadas/Chamamento%20P%C3%BAblico_PDHC_2014_1%C2%AA_Republicacao.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/chamadas/Chamamento%20P%C3%BAblico_PDHC_2014_1%C2%AA_Republicacao.pdf)

insuficiente e seguramente colocará a entidade em risco administrativo. E aqui se defronta com outro problema: dirigidas por intenções de oferecer o melhor a seus associados e agricultores parceiros, as OSCs avaliam mal os seus custos e subestimam seus “preços” quando negociando com governos.

Ainda que aparentemente o governo consiga uma redução de “seus custos”, as entidades acumulam prejuízos e passivos de toda ordem. Esta relação desequilibrada no imediato médio prazo inviabiliza a continuidade da ação das entidades.

Pode-se admitir que em um processo de dois anos, o primeiro demandará uma maior atenção e o segundo ano esta demanda se reduzirá. Nesta hipótese (de 2 anos de trabalho) o preço final (para fins de orçamentação) poderia ser a média dos dois anos ou seja R\$ 837,50³².

Como este Projeto pretende modificar os padrões de 2.000 agricultores, o custo total da operação de Assistência Técnica atingiria R\$ 1,7 milhão que dividido entre os 7 municípios custará pouco mais de R\$ 240.000,00 em 2 anos.

Reitera-se a percepção de que os custos das transformações propostas são relativamente baixos e acessíveis mesmo em tempos de crise. Importa salientar também que estes custos não incluem investimentos diretos nos imóveis cujos valores foram identificados no capítulo anterior (P 3.1).

OSCs Ativas, Inatividade Formal e Capacidade Operacional

Observou-se que além das OSCs consideradas legalmente ativas existe de um “estoque” de entidades inativas e constatou-se a existência muitas limitações na capacidade operacional das OSCs locais e mesmo das sediadas em outros municípios do Estado mas que realizam operações na região.

Estas dificuldades estão presentes nas várias dimensões constitutivas das OSCs, mas ainda assim continuam operando ancoradas no voluntariado e na militância de seus associados e dirigentes.

Sob todos os pontos de vista, elas são um ativo importantíssimo para qualquer processo de transformação.

³² O fato de que muitos acordos (convênios) são celebrados em base anual é também um elemento de incerteza, descontinuidade e até ineficiência. A superação deste tipo de dificuldade é também essencial

Mas estas fragilidades têm impedido ou no melhor dos casos dificultado o acesso da imensa maioria das OSCs a recursos de governo.

Em resumo, mesmo quando existem recursos financeiros eles não são acessados pelas OSCs em virtude de sua relativa incapacidade jurídica ou operacional (quando há demanda de serviços em grande escala).

Mas as associações e seus líderes, (em “modo hibernado”) sabem que a regularidade jurídica além de demandar recursos (que não existem), ao longo do tempo os levaria ao inadimplemento, e a dissolução. Mais ainda, tem razões objetivas para não buscar o crescimento econômico financeiro da organização.

Ha uma situação irônica onde os ofertantes de financiamento podem desejar apoiar, mas não conseguem, pois, tudo se passa como se não existisse a quem apoiar, mesmo quando todos sabem que há o que apoiar, pois as entidades estão operando ainda que com reduzida capacidade.

A superação deste impasse exigira ajustes de todos os parceiros. Seria ingênuo pensar que a superação se dará natural ou espontaneamente. Vai exigir a construção de uma visão estratégica de desenvolvimento e a identificação das contribuições de cada segmento institucional neste processo.

De forma resumida este exercício de Planejamento estratégico deve oferecer subsídios e condições de definir uma Política Estadual de Fomento das OSCs, tal como existem políticas para o fomento ou fortalecimento de um ou outro setor empresarial.

3.2.3 Ação Intersectorial: Gargalos, Lacunas e oportunidades

Na atualidade há uma quase unanimidade no que se refere as vantagens de que, na promoção do desenvolvimento sustentável, as propostas tem mais chance de sucesso quando são implantadas com a pareceria de todos os setores institucionais da sociedade.

Ao longo deste trabalho esta percepção foi confirmada por várias abordagens. No caso do Estado de Sergipe e do próprio TASS ela é corroborada por ninguém menos que o atual

Governador do Estado. Ele em reunião com lideranças de OSCs e movimentos sociais no TASS³³ assim se manifestou:

“Não ampliamos a nossa atuação porque é preciso agir em conjunto com as entidades da sociedade civil organizada e muitos municípios não contam com essas associações”.

Sem querer ser redundante ele reconhece a necessidade do agir em conjunto com as OSCs. Insiste-se: a cooperação não é opcional, é necessária, obrigatória. Nem todos governos trabalham com esta visão, que, em si, já é um ganho para o Projeto.

Mas o Governador segue justificando sua opinião: *“(...) dos R\$ 90 milhões disponibilizados pelo Projeto Dom Távora, foram liberados somente R\$ 20 milhões por carência de associações organizadas representativas de segmentos profissionais nos municípios contemplados”.*

Esta constatação é crítica: em um momento de múltiplas e urgentes demandas sociais da região e de dificuldades financeiras dos entes estatais e das OSCs, esta situação de dispor de recursos e não conseguir usa-los é inadmissível.

Fica evidente a necessidade de que o Estado facilite um processo de formatação de uma Política para o Fortalecimento das OSCs. Não se trata de atender a reivindicações corporativas (que são legítimas), mas sim de viabilizar condições de implementação de compromissos assumidos pelo próprio Estado.

Esta Política deve ser construída em conjunto entre agentes do governo e da sociedade civil e deve contemplar as múltiplas dimensões da existência das OSCs.

Deve principalmente balizar-se pelo princípio da democracia participativa segundo o qual não haverá fortalecimento das OSCs (que são emanções da cidadania, que é a origem de todo o poder) se suas agendas e propostas não forem adotadas, assimiladas e internalizadas pelo Governo. A seguir se examinam alguns elementos adicionais dos temas anteriormente tratados.

³³ <http://www.seagri.se.gov.br/noticia/79/governador-e-movimentos-sociais-discutem-acoes-de-combate-aos-efeitos-da-seca>

OSCs Ativas, Inatividade Formal e Capacidade Operacional

Observou-se que além das OSCs consideradas legalmente ativas existe de um “estoque” de entidades inativas e constatou-se a existência muitas limitações na capacidade operacional das OSCs locais e mesmo das sediadas em outros municípios do Estado mas que realizam operações na região.

Estas dificuldades estão presentes nas várias dimensões constitutivas das OSCs, mas ainda assim continuam operando ancoradas no voluntariado e na militância de seus associados e dirigentes.

Sob todos os pontos de vista, elas são um ativo importantíssimo para qualquer processo de transformação.

Mas estas fragilidades têm impedido ou no melhor dos casos dificultado o acesso da imensa maioria das OSCs a recursos de governo.

Em resumo, mesmo quando existem recursos financeiros eles não são acessados pelas OSCs em virtude de sua relativa incapacidade jurídica ou operacional (quando há demanda de serviços em grande escala).

Mas as associações e seus líderes, (em “modo hibernado”) sabem que a regularidade jurídica além de demandar recursos (que não existem), ao longo do tempo os levaria ao inadimplemento, e a dissolução. Mais ainda, tem razões objetivas para não buscar o crescimento econômico financeiro da organização.

Ha uma situação irônica onde os ofertantes de financiamento podem desejar apoiar, mas não conseguem, pois, tudo se passa como se não existisse a quem apoiar, mesmo quando todos sabem que há o que apoiar pois as entidades estão operando ainda que com reduzida capacidade.

A superação deste impasse exigira ajustes de todos os parceiros. Seria ingênuo pensar que a superação se dará natural ou espontaneamente. Vai exigir a construção de uma visão estratégica de desenvolvimento e a identificação das contribuições de cada segmento institucional neste processo.

De forma resumida este exercício de Planejamento estratégico deve oferecer subsídios e condições de definir uma Política Estadual de Fomento das OSCs, tal como existem políticas para o fomento ou fortalecimento de um ou outro setor empresarial.

Custos Institucionais e de “Compliance”

Identificou-se que os custos institucionais e de “compliance” são muito elevados e regressivos. Observou-se que eles são em geral derivados de normas legais desenhadas para o conjunto da economia (empresas do setor privado) ou para os entes (órgãos) governamentais.

Estes custos pressionam as pequenas entidades para uma atuação não plenamente regularizada (ótica jurídica) e impede (dificulta) o relacionamento contratual com outros setores (público e privado). É interessante ressaltar a analogia como setor privado de fins lucrativos; algo semelhante ocorria (e ainda ocorre) com a chamada “economia informal”.

A solução encontrada foi a de simplificar e baratear o custo de tornar-se “regular” e não tanto requerer que aqueles “informais” se estruturassem como se fossem empresas médias ou grandes.

Com as OSCs o caminho adotado tem sido, infelizmente, na direção oposta. São tratadas (ou demandadas a agir e se organizar) como se fossem grandes instituições ou devem funcionar como se órgãos públicos fossem.

As OSCs são instituições diferenciadas. Não podem ser confundidas com sociedades mercantis que se organizam (pautam seu comportamento) para assegurar a remuneração do capital de seus sócios enquanto que a OSCs se rege pelo interesse de realizar uma causa (via de regra pública).

Tampouco são organismos governamentais apesar do fato da maioria delas operar na área de realização do interesse público, dos interesses coletivos ou difusos definidos constitucionalmente como objetivos republicanos. Uma diferença essencial e tradicionalmente enunciada é a regra de que o governo só pode fazer o que a lei determina, e uma OSC pode fazer tudo que a lei não proíbe, além do fato que o governo (democrático) é, por definição, “representativo de maiorias” enquanto que uma OSC representa

unicamente seus associados ainda quando ela pode expressar com perícia e pertinência os interesses e vontades de maiorias.

Desta forma, há um subconjunto delas que compõe o que legitimamente pode se chamar de “setor publico não estatal” e que desempenha muitas “Funções” análogas as definidas como sendo do setor publico estatal.

Este fato não implica em exigir ou requerer das OSCs mecanismos de instrumentos de “compliance” idênticos aos do setor público. Há na tradição jurídica um princípio (ou pelo menos uma expectativa) de “razoabilidade”.

Não se pode requerer de uma micro organização as mesmas condicionalidades que podem ser impostas a uma grande organização. No entanto, nas regras atuais é isto que acontece.

Para sinalizar a dimensão da ineficiência deste padrão basta referir-se ao fato de que o TCU decidiu que não fara “tomada de contas especiais” (auditoria especial) em situações onde o prejuízo efetivo for menor que R\$ 80,000,00. Em outra instancia, o custo de uma auditoria do CGU (segundo seu relatório de gestão 2010) alcançava R\$ 54.000,00.

Talvez por isto o governo federal proíbe (desde 2007) a celebração de convênios de valor menor que R\$ 100.000,00 visto que os custos de transação (desde a preparação até a aprovação das contas) são maiores que este valor.

No caso do TASS, a imensa maioria das OSCs opera com valores bem menores. Mas, mesmo para o conjunto do Brasil, em 2015, a média de valor transferido pelo governo federal às entidades sem fins lucrativos foi de R\$ 80 mil, sendo a mediana de R\$ 12.000,00³⁴. Menos de 1% das transferências realizadas foram acima de R\$ 487.000,00. Não obstante estes fatos, as regras são universais.

A necessidade de redução dos custos institucionais (e de regularidade) é imperiosa. Estes custos estão bloqueando as possibilidades reais de desenvolvimento da região. Torna-se extremamente necessário criar condições de flexibilizar a regulação.

Obviamente grande parte destas regras são originadas em normas federais mas há necessidade e urgência para explorar também melhorias nas regulações estaduais e municipais.

³⁴ Ver www.portaldatransparencia.gov.br.

Lacunas: regulamentação da Lei 13 019 e Incentivos para Doações.

A Lei 13. 019/14 e sua reformulação (Lei 13.204/15) introduzem uma nova maneira de relacionamento entre Governo e OSCs. Seu foco é o estabelecimento de novos modelos parceria entre entes públicos e a entidades, mas avança também em questões de regularidade jurídica, gestão e possibilidades operacionais, prestação de contas etc. Para os Municípios, a lei está vigente desde 1º de janeiro deste ano.

Muitas inovações foram introduzidas visando superar problemas e inadequações derivadas da aplicação de legislação relativa a convênios para as parcerias com as entidades. Elementos chave desta legislação de particular interesse para o Projeto e po trabalho no TASS, são:

- (i) a vedação de celebração de convênios entre governo e OSCs,
- (ii) necessidade de chamamento público generalizado,
- (iii) foco nos resultados materiais e não tanto nos processos administrativos
- (iv) reconhecimento de despesas administrativas e de pessoal realizadas pelas OSCs e,
- (v) (v) possibilidade de trabalho em rede de entidades

A regulamentação federal já está vigente, mas os Estados e Municípios podem, sem criar novas regras, estabelecer normas específicas para os seus territórios. No caso de Sergipe, a consultoria foi informada que um texto de regulamentação estava sendo preparado, mas, aparentemente ainda não foi adotado.

Esta situação deve interessar ao Projeto, pois uma regulamentação simplificadora da cooperação entre governo e sociedade civil (vista como necessidade pelo Governador) pode facilitar enormemente a realização de parcerias e despertar sinergias atualmente inviabilizadas pelos engessamentos regulatórios.

Há que se examinar possibilidade de implantar incentivos morais, financeiros e fiscais para iniciativas direcionadas ao SLM. No caso dos incentivos fiscais para doadores (pessoas físicas ou jurídicas) existem programas estabelecidos em vários estados e que podem ser adaptados as condições de Sergipe e dos municípios do TASS.

De imediato há que revisar o regulamento relativo ao ITCDM na medida em que ele atua como um mecanismo de desincentivo aos doadores que são taxados pelo ato de doar a uma entidade de benefício pública.

Empresas estatais e o BANESE podem também desempenhar papel relevante e mobilizador de recursos materiais e financeiros junto ao setor privado direta e indiretamente envolvido no desenvolvimento socioeconômico do TASS; modalidades e instrumentos de viabilização destas propostas serão melhor detalhados no relatório final desta consultoria

A questão da Educação e Formação

Ao longo deste relatório (e do Produto anterior) foi salientado a existência de déficits de conhecimentos (de formação) por parte dos principais agentes e eventuais promotores das práticas de SLM. Do ponto de vista da formação de quadros, não há razão objetiva para imaginar que as OSCs estivessem - na média – acima dos demais segmentos institucionais.

Ao não dispor de recursos ou acesso ao sistema de escolaridade ou de capacitação (sob qualquer forma) as OSCs, para responder às demandas sociais, tiveram que criar e desenvolver mecanismos particulares de formação de seus quadros (agricultores, associados, voluntários, lideranças, funcionários administrativos e técnicos). A quase totalidade deste esforço se deu (e continua se dando) junto ao serviço realizado.

Não obstante estas práticas que redundaram em um riquíssimo processo de formação em serviço, do ponto de vista técnico e até mesmo político há ainda um grande esforço a realizar tanto no atendimento de demandas imediatas quanto em preparação para o atendimento de demandas emergentes e de um futuro não tão remoto.

Da observação e do contato direto com todos os atores e autores de mudanças da região, fica claro a necessidade de um agressivo programa de formação de lideranças e de quadros técnicos nas e para as OSCs.

Um mapeamento sumário indica que existem na região várias instituições formalmente dedicadas à formação de quadros: escolas, universidades. IFES, “Sistema S”, as próprias OSCs. Cada qual dispõe de recursos humanos e financeiros que podem com certa facilidade serem direcionados à formação em massa para a adoção do SLM.

Para viabilizar esta sinergia, o Estado poderia (e deveria) inovar aplicando de forma experimental o conceito de “arranjo produtivo local” para educação (formação)

Dada a intensidade do problema e tendo em conta a urgência³⁵, os formuladores de políticas deveriam adotar enfoque semelhante ao adotado no PNDE (educação) em relação à melhoria de qualificação dos professores do ensino básico, quando criaram a exigência de formação de nível superior para professores.

³⁵ Há que se ter em conta que existe um processo de degradação das condições naturais de produção, e que, ao permanecer inalterado conduzirá inevitavelmente à destruição dos meios de vida e do tecido social.

ANEXO – Lista de OSC Ativas no TASS

Lista de Associações com Conexões com o LSM e em atividade - TASS de Sergipe

(seleção realizada por Silvi Sant'Ana, Consultor. Base de dados RAIS 2014 (junho 2017))

Porto da Folha	
Ass Com Do Saco Da Serra	POV SACO DA SERRA,1,ZONA RUAL,49800000
Associação Com Prod Pov Lagoa Rancho	AV. JOAO AMERICO,0,CENTRO,49800000
Assoc Comun Do Pov Umb Do Matuto	POV UMBUZEIRO DO MATUTO,0, 49800000
Assoc Com De Pal Bf Ld Ente L Do Boi	POV PALESTINA,1,CASA,49800000
Associação Indígena Do Povo Xoko	ALD ALDEIA XOKO,0,ILHA DE SAO PEDRO,49800000
Assoc Com De Lagoa Da Entrada	COM LAGOA DA ENTRADA,1,ZONA RURAL,49800000
Assoc Dos Pr Da Com Pedro Leao	TRV PEDRO LEAO,1,ZONA RURAL,49800000
Assoc. Prod Rurais Da Comunidade De Craibeir	POV CRAIBEIRO,1,ZONA RURAL,49800000
Ass Com De Des S E Ec Sust. Assent Sape Tiaraju	ASSENTAMENTO SAPE TIARAJU,1,49800000
Ass C Carlito Maia Do A A De C E Adjacências	ASSENT.APOLONIO DE CARVALHO,1,CENTRO,49800000
Assoc Com Do Ass Boa Sorte Acabos	ASSENTAMENTO BOA SORTE,1,ZONA RURAL,49800000
Assoc Com De Des E Co A Jose Emídio	COM JOSE IMIDIO,1,ZONA RURAL,49800000
Fund. Prospe Árido Para O Desenv S E A E Cultural	,1,ZONA RURAL,49800000
Assc Do Prod R Do A Emilia Maria Ii	ASSENT. EMILIA MARIA II,1,ZONA RURAL,49800000
Assoc Com Do A S Fr E Ent Acaspe	ASSENT SAO FRANCISCO,1,ZONA RURAL,49800000
Assoc C De Des S E Sustentável N S Do Carmo	AGRUP N S DO CARMO,1,ZONA RURAL,49800000
Assoc De Des Com Das Mul Do Pov Esperança	POV ESPERANCA,0,ZONA RURAL,49800000
Assc Com De Mul Do Pov Mateus	LRG POV MATEUS,1,ZONA RURAL,49800000
Assc De Des Com Dos Prod R Da Com S Jose	COM SAO JOSE,0,ZONA RURAL,49800000
Assoc Do Agrc U Pelo S Francisco	LOT DE CIMA-ASSENT ILHA DO OURO,0,49800000
Assc Dos Benef Do Pro De Cr F Da F Califórnia	COM CALIFORNIA,0,ZONA RURAL,49800000
Assoc Dos Mor Da Com De Caatingas	POV CAATINGAS,0,ZONA RURAL,49800000
Ass Dos Prod R Com Do Borocoto	R ANTONIO JOSE PEREIRA,230,CENTRO,49800000
Uniao p/ Inic De Des Soc E Econ Sust De Port da F	RUA JOSE ELPIDIO DE SOUZA,321,CENTRO,49800000
Associação De Desenvolvimento C De L Da Volta	POVOADO,1,LAGOA DA VOLTA,49800000
Assoc Dos Prod Rurais Da Com João Pereira	ST COM JOAO PEREIRA,1,ZONA RUAL,49800000
Assoc De Coop Ag Do Ass N Esperança De Baixo	PROJ DE ASSENTAMENTO N ESPERANCA,0,,49800000
Assoc Dos Prod Rurais De Palmas	POVOADO LAGOA DA VOLTA,0,CENTRO,49800000
Assoc Com Dos Assent Do Assent Josen Alves Ii	ASSENT. OSENILTON ALVES II,0,ZONA RUAL,49800000
Assoc.de Cooperação P/o Desenvolvimento Agro	RUA PROJETADA,1,LAGOA SALGADA,49800000
Associação Recreativa E Cultural As Buraqueiras	RUA LUIZ JOSE VALENCA,232,CENTRO,49800000
Ass De Coop. Agrícola Vitoria Do Sao Francisco	ASSENT VITORIA DO SAO FRANCISCO,0,,49800000
Assoc Com Das Mul Do Pov Pedro Leao	ST POVOADO PEDRO LEAO,1,ZONA RURAL,49800000
Assoc De Pequenos Prod R Da Com Dois Riachos	COMUNIDADE DOIS RIACHOS,0, 49800000
Assoc Peq E Médios Prod R Da Com Souza Cruz	COMUNIDADE SOUZA CRUZ,0,ZONA RURAL,49800000
Assoc Dos Peq E Médio Prd R Da Com Sao Jose	COMUNIDADE SAO JOSE,0,ZONA RURAL,49800000
Assoc. Indígena Das Mul Xoko De Ilho De S Pedro	COMUNIDADE ILHA DE SAO PEDRO,0, 49800000
Ass De Cooperação Agrícola São Francisco Iii	ASSENT. SAO FRANCISCO III,0,ZONA RURAL,49800000
Assc De Coop Agri Flor Da Índia	ASST FLOR DA INDIA,0,ZONA RURAL,49800000
Assoc Com Dos Prod Rurais Dos Tan De Fora	POV TANQUINHO DE FORA,0,ZONA RURAL,49800000
Assoc Com De A E Mor Do As Cajueiro	ASSENTAMENTO CAJUEIRO,0,ZONA RURAL,49800000

Porto da Folha (cont)	
Assoc Minis E Peq Prod R da Com Lagoa Do Padre	COM LAGOA DO PADRE,0,,49800000
Assoc Dos Prod Ru Da Comunidade Canta Galo	COMUNIDADE CANTA GALO,0,49800000
Assoc Com Do Pov São Jose	POV SAO JOSE,0,ZONA RURAL,49800000
Assoc De Desen Comum. da Baixa Da Quixabeira	BAIXA DA QUIXABEIRA,0,ZONA RURAL,49800000
Assc Dos Prod R Do As Paulo Freire	ASSENT PAULO FREIRE,0,ZONA RURAL,49800000
Assc Dos Trab R Do Pov Lagoa Do Ranco	AV JOAO AMERICO,0,ZONA RURAL,49800000
Aprovaes	COMUNIDADE ARATICUM,1, 49800000
Assoc De Pr R Do Pov Jaramataia	POV JARAMATAIA,0,ZONA RURAL,49830000
Assoc Com Dos Moradores Do Povoado S Mateus	POV SAO MATEUS,0,ZONA RURAL,49800000
Assoc Serra Do Mor De Pq E Medios Pr Rurais	R ADUTORA PORTO DA FOLHA,0,49800000
Assoc Dos Prod E Criadores Uniao	FAZ PARAISO I,0,ZONA RUAL,49800000
Assoc Do Prod R Da Com De Covoes	CARDELA BOA VENTURA,0,CENTRO,49800000
Associação Ds Produtores Rurais Da Jureminha	FAZ PORTO RICO,1,ZONA RURAL,49800000
Ass Dos Moradores Da Com Lagoa Salgada	LGA SALGADA,1,LAGOA SALGADA,49800000
Associação Dos Amigos Da Terra	RUA JOSE TEIXEIRA DE SOUZA,0,CENTRO,49800000
Associação Dos Moradores Do Bairro Caraíba	RUA CARAIBA,813,CENTRO,49800000
Assoc Dos P Rurais Da Comunidade Alto Das Vacas	POV ALTO DAS VACAS,0,ZONA RURAL,49800000
Assoc Dos Prd Da Com Ranchinho	POV COMUNIDADE RANCHINHO,0,49800000
Fed. Produtores Rurais De Porto Da Folha Se	RUA PEDRO DE SOUZA RITO,1,ZONA RURAL,49800000
Associação Da Com R Quilombo Do Povoado	POVOADO MOCAMBO,0,ZONA RURAL,49800000
Poço Redondo	
Grupo Agrícola Trabalhadores Da Barra Da Onca	POVOADO BARRA DA ONCA,0,ZONA RURAL,49810000
Associação Camponesa Flor Da Serra	ASSENT. FLOR DA SERRA,0,ZONA RURAL,49810000
Assoc Comunitária Dos Produtores De Poco Preto	POVOADO POCO PRETO,1,ZONA RURAL,49810000
Ass Dos Trab Rurais Do Assentamento Pioneira I	FAZENDA PIONEIRA ,49810000
Assoc Com N Sra Da Conceição Assent Alto Bonito	FAZENDA ALTO BONITO,10,ZONA RURAL,49810000
Assoc Comunit Regiões de Marroquinhos E Sant	POVOADO MARROQUINHOS,1,ZONA RURAL,49810000
Assoc Dos Prod Rurais Padre Cicero Da Comunidad	POVOADO LAGOA GRANDE,0,ZONA RURAL,49810000
Assoc Dos Trab Rurais Da Reg Do Garrote	POVOADO GARROTE,0,ZONA RURAL,49810000
Assoc Com Dos Morad Amigos De Lagoa Do Canto	POVOADO LAGOA GRANDE,1,ZONA RURAL,49810000
Associação Quilombola Manoel Rosendo Da Guia	POVOADO GUIA,0,ZONA RURAL,49810000
Associação Comunitária Do Povoado Salitrado	POVOADO SALITRADO,1,ZONA RURAL,49810000
Associação Com E Dos Prod Rurais Do Pov Cajueiro	POVOADO CAJUIERO,1,ZONA RURAL,49810000
Associação São Francisco Assent Lagoa Da Areia	ASSENT LAGOA DA AREIA,0, 49810000
Assoc Comunitária Dos Assentados De Pedrinhas	ASSENTAMENTO PEDRINHAS,0,ZONA RURAL,49810000
Associação Nova Esperança	ASSENT ALTO BONITO,0,Proj Jacare Curitiba,49810000
Associação De Cooperação Agrícola Carlos Borges	ASSENT JACARE CURITUBA,0,ZONA RURAL,49810000
Associação De Cooperação Agrícola Menino Jesus	ASSENT JACARE CURITUBA,0,ZONA RURAL,49810000
Ass. De Cooperação Agrícola Sao Jose	ASS JACARE CURITUBA,1,ZONA RUAL,49810000
Ass Menino Jesus Do Assent Queimada Grande	ASSENT QUEIMADA GRANDE,0,ZONA RURAL,49810000
Associação De Cooperação Agrícola Canudos	ASSENT JACARE CURITUBA,0,ZONA RURAL,49810000
Associação De Cooperação Agrícola Sao Jose	ASSENT JACARE CURITUBA,0,ZONA RURAL,49810000

Poço Redondo (cont)	
Centro Comum Formação em Agropec Dom Jose	PC DE EVENTOS,303,CENTRO,49810000
Assoc De Mulheres Do Assentamento Cajueiro	ASSENTAMENTO CAJUEIRO,1,ZONA RURAL,49810000
Assoc Comunitária Do Assentamento Jose Acácio	ASSENT JOSE ACACIO,0, 49810000
Assoc Assentamento Dom Jose Brandao De Castro	ASSENT DOM JOSE BRANDAO DE CASTRO,,49810000
Associação Dos Assentados Da Lagoa Das Areais	ASSENT LAGOA DAS AREAIS,1,ZONA RURAL,49810000
Ass Comunitaria Do Assentamento Maria Bonita I	ASSENT MARIA BONITA I,0,49810000
Ass Dos Pequenos Prod Rurais De Barra Da Onca	POVOADO BARRA DA ONCA,0,ZONA RURAL,49810000
Assoc Proj Esp Colônia Agrícola Herbet De Souza	ACAM COLONIA AGRIC HERBERT DE SOUZA, 49810000
Assoc Padre Cicero Colônia Agr Hebert de Souza	ACAMP FAZ PADRE CICERO,0,ZONA RURAL,49810000
Associação Agricultores Familiares Aroeira-Affa	FAZENDA AROEIRA,1,ZONA RURAL,49810000
Assoc Com Dos Produtores Rurais Do Assent Lagoa	ASSENT LAGOA DAS AREIAS,1,ZONA RURAL,49810000
Assoc Comunitária Da Serra Do Boi li E Adjacenc	COMUNIDADE SERRA DO BOI,1,ZONA RURAL,49810000
Ass Antônio Gomes Santos Mun. Poço Redondo	ASSENT NOVA PARAISO,0,ZONA RURAL,49810000
Assoc Comunitária 25 De Setembro Assentament	ASSENTAMENTO CHEGUEVARA, 49810000
Ass Com Lag Da Cat de Den - Assent Valmir Mota	FAZ LAGOA DA CATINGA DE DENTRO, 49810000
Assoc Santa Terezinha Do Assent Valmir Mota I	FAZENDA MONTE CEU,0,ZONA RURAL,49810000
Ass Prod Proj Ass Djalma Cesario E Carlito Ma	ASSENT DJALMA CESARIO,0,ZONA RURAL,49810000
Associação Todos Unidos Atu	ASSENT IRMA DOROTHY STANG,,49810000
Assoc De Agricultores Familiares De B Da Onca	ASSENT BARRA DA ONCA,0,ZONA RURAL,49810000
Ass Trab e Traba Rur Assent N Mulungu- Manrique	ASSENT NOVO MULUNGU,1,ZONA RURAL,49810000
Associação São Joao Batista Da Barra Da Onca	ASSENT BARRA DA ONCA,0,ZONA RURAL,49810000
Associação Comunitária De Queimadas	POVOADO QUEIMADAS,0,ZONA RURAL,49810000
Assoc Comunitária Dos Trabalhadores Com Terra	POVOADO BARRA DA ONCA,0,ZONA RURAL,49810000
Ass Dos A.r.e.m. P.r. Lago S.gon.e B.das Almas	POV RIACHO DO LAGO,1,ZONA RURAL,49680000
Assoc Trabalhadores Rural Da Colônia Santa	COLONIA SANTA HELENA,0,ZONA RURAL,49680000
Assoc Produtores Rurais Do Povoado São Domi	POVOADO SAO DOMINGOS,1,ZONA RURAL,49680000
Assoc Dos Moradores Da Barra Do Boi	AV 26 DE SETEMBRO,333,BRASILIA,49680000
Assoc Pequenos Prod Rurais Assentados Da Fa	FAZENDA FORTALEZA,1,ZONA RURAL,49680000
Assoc Produtores Rurais Do Sitio Olhos D'água	POVOADO SITIO OLHOS DAGUA,0,49680000
Assoc Pequenos Prod Rurais Nossa Senhora Da	FAZENDA CAIMBRA,1,ZONA RURAL,49680000
Assoc Produtores Rurais Da Comunidade Augu	COMUNIDADE AUGUSTINHO,1,ZONA RURAL,49680000
Assoc Desenvolvimento Comunitário Dos Trabal	POVOADO ANINGAS,1,ZONA RURAL,49680000
Assoc Produtiva Das Trabalhadoras Rurais Da Com	POVOADO CAIMBRA,1,ZONA RURAL,49680000
Assoc Dos Trabalhadores Rurais Nossa Senhora Da	ASSENT SAO CRISTOVAO,1,,49680000
Ass Do Instituto De Formação Jose Ribamar	ASSENT JOSE RIBAMAR,0,ZONA RURAL,49680000
Associação Zé Emídio	POVOADO FURTUNA,0,POVOADO FURTUNA,49680000
Nossa Senhora da Glória	
Ação Social De Nossa Senhora Da Gloria	PRACA DA BANDEIRA,146,CENTRO,49680000
Associação Dos Produtores Rurais Novo Paraíso	SITIO POVOADO ANINGAS,1,ZONA RURAL,49680000
Associação Do Assentamento Venturosa	Faz. Venturosa–Povoado Pedra Grande 1, 49680000
Ass De Cooperação Agrícola Paulo Freire li	ASSENT PAULO FREIRE II,0,ZONA RURAL,49680000
Assoc Comunitária De Desenv Sustentável	COLONIA N. SENHORA APARECIDA,1,,49680000

Nossa Senhora da Glória (cont)	
Associação De Produtores Rurais Do Sitio Gaspar	SITIO GASPAR,1,ZONA RURAL,49680000
Associação Produtores Rurais Do A N S Aparecida	POVOADO LAGOA DAS AREIAS,1, 49680000
Assoc C Dos Moradores Região De Aningas	POVOADO ANINGAS,1,ZONA RURAL,49680000
Associação C Dos M Região De Gameleiro	POVOADO GAMELEIRO,1,ZONA RURAL,49680000
Assoc Dos Agr Rurais E Moradores Do Povoado Ria	POVOADO RIACHAO,1,ZONA RURAL,49680000
Assoc Assent Proj Bom Jardim Antônio Cons.	POVOADO BOM JARDIM,0,ZONA RURAL,49690000
Instituto Cooperação p/ Des Rural Sustentável	AV MANOEL ELIGIO DA MOTA,1,CENTRO,49690000
Assoc De Des Com Peq Prod R Da Com Bom Jard	COMUNIDADE BOM JARDIM,1,ZONA RURAL,49690000
Assoc Projeto De Assentamento Primeiro De Maio	ASSENT PRIMEIRO DE MAIO,0,ZONA RURAL,49690000
Ass De Coop Agrícola Do Ass Josenilton Alves	ASSENT JOSENILTON ALVES,0,ZONA RURAL,49690000
Assoc Coop Agric Vinte E Sete De Abril	ACAM ASSE VINTE SETE AB,0,ZONA RURAL,49690000
Assoc Desenv Da Colônia Nova Vida	COLONIA NOVA VIDA,0,ZONA RURAL,49690000
Ass Dos Prod Rurais Da Lagos Entrada	ZONA LAGOA ENTRADA,0,ZONA RURAL,49690000
Ass .r.e.m. Do P.r. Do Lago S.gon.e B.das Almas	POV RIACHO DO LAGO,1,49680000
Assoc Comun Moradores Da Região De Periquito	POVOADO PERIQUITO,1,49680000
Assoc Dos Trabalhadores Rural Da Colônia Santa	COLONIA SANTA HELENA,0, 49680000
Assoc Produtores Rurais Do Povoado São Domi	POVOADO SAO DOMINGOS,1, 49680000
Associação Dos Moradores Da Barra Do Boi	AV 26 de Setembro, 333, Brasília 49680000
Assoc Peq Prod Rurais Assentados Faz Fortaleza	FAZ FORTALEZA,1,ZONA RURAL,49680000
Assoc De Produtores Rurais Do Sitio Olhos D'água	Povoado SITIO OLHOS DAGUA,0, 49680000
Assocs Pequenos Prod Rurais Nossa Senhora Da	FAZ CAIMBRA,1,ZONA RURAL,49680000
Assoc Dos Produtores Rurais Da Comunidade Augu	COMUNIDADE AUGUSTINHO,1,49680000
Assoc Desenvolvimento Comunitário Dos Trabal	POVOADO ANINGAS,1,49680000
Associação Comunitária Boca Da Mata	Pça Dom Jose Tomaz 21 BRASILIA,49680000
Assoc Produtiva Das Trabalhadoras Rurais Da Com	POVOADO CAIMBRA,1, 49680000
Assoc Trabalhadores Rurais Nossa Senhora Da	ASSENT SAO CRISTOVAO,1, 49680000
Acao Social De Nossa Senhora Da Gloria	Pça da BANDEIRA,146,CENTRO,49680000
Associação Dos Produtores Rurais Novo Paraíso	SITIO POV ANINGAS,1,49680000
Associação Assentamento Venturosa	Faz Venturosa - Pedra Grande 1 ,49680000
Ass De Cooperação Agrícola Paulo Freire Ii	ASSENT PAULO FREIRE II,0,49680000
Assoc Comunitária Desenvolvimento Sustentável	COLONIA N. Sra Aparecida 1 ,49680000
Associação De Produtores Rurais Do Sitio Gaspar	SITIO GASPAR,1,ZONA RURAL,49680000
Associação Produtores Rurais Do A N S Aparecida	POV LAGOA DAS AREIAS,1,,49680000
Assoc C Dos Moradores Da Região De Aningas	POVOADO ANINGAS,1,,49680000
Associação C Dos M Da Região de Gameleiro	POV GAMELEIRO,1,ZONA RURAL,49680000
Assoc Agr Rurais E Moradores Povoado Riachão	POV RIACHAO,1,ZONA RURAL,49680000
Nossa Senhora de Lourdes	
Associação Comunitária Do Povoado Tabuleiro	POV TABULEIRO,1,ZORA RURAL,49890000
Soc. Sócio Ambiental Semi Árido S. Novo Sertão	RUA A,26,CENTRO,49890000

Monte Alegre de Sergipe	
Assoc Comunitaria Dos P R Da C Baixa Da Coxa	POVOADO BAIXA DA COXA,0,ZONA RURAL,49690000
Assoc Assent Proj Bom Jardim Antônio Cons.	POVOADO BOM JARDIM,0,ZONA RURAL,49690000
Instit Cooperação Pa O Des Rural Sustentável	AV MANOEL ELIGIO DA MOTA,1,CENTRO,49690000
Assoc De Des Com Dos Peq Prod R Com Bom Jard	COMUNIDADE BOM JARDIM,1,ZONA RURAL,49690000
Assoco Proj Assentamento Primeiro De Maio	ASSENTPRIMEIRO DE MAIO,0,ZONA RURAL,49690000
Ass De Coop Agricola Do Ass Josenilton Alves	ASSENT JOSENILTON ALVES,0,ZONA RURAL,49690000
Assoc Coop Agric Vinte E Sete De Abril	ACAM ASSE VINTE SETE AB,0,ZONA RURAL,49690000
Assoc Desenv da Colônia Nova Vida	COLONIA NOVA VIDA,0,ZONA RURAL,49690000
Ass Dos Prod Rurais Da Lagos Entrada	ZONA LAGOA ENTRADA,0,ZONA RURAL,49690000
Gararu	
Assoc Com Dos P E M Dos Pov Ourc E Barriguda	POV ORICURIZEIRA,0,ZONA RURAL,49830000
Assoc Dos Peq Prod R Da Com Bela Vista E Adjace	POV BELA VISTA,0,,49830000
Assoc Com Do Pov Giboia	POV GIBOIA,0,ZONA RURAL,49830000
Assoc De Moradores Da Comunidade Cabaceiros	POVOADO CABACEIRO,1,ZONA RURAL,49830000
Assoc Trabalhadores Rurais De Cachoeirinha	POVOADO CACHOEIRINHA,1,ZONA RURAL,49830000
Ass Trabalhadores Rurais Assentamento Agrovila I	ASSENTAMENTO AGROVILA I,0,ZONA RURAL,49830000
Assoc Moradores Da Comunidade De Monte Alegre	POVOADO MONTE ALEGRE,1,ZONA RURAL,49830000
Assoco Org Prod Sao Judas Tadeu Do Assentamen	FAZ ASSENT CACHOEIRINHA II,1, 49830000
Ass Com Prod R. e Apic Pov Sao Mateus E Adjace	R DA GLORIA,1,POV SAO MATHEUS,49830000
Assoc Com N S Da Conceição	ASSOC COM N S DA CONCEICAO,0,,49830000
Assoc Com De Lagoa Primeira	POV LAGOA PRIMEIRA,0,ZONA RURAL,49830000
Assoc Comunitária Várzea Nova	POVOADO VARZES NOVA,1,ZONA RURAL,49830000
Canindé de São Francisco	
Associação Comunitária Do Povoado Salina	POVOADO SALINAS,100,ZONA RURAL,49820000
Ass Dos Moradores De Capim Grosso	POV CAPIM GROSSO,1,ZONA RURAL,49820000
Associação Comunitária Do Povo Pelado	DOM JUVENCIO BRITO,131,CENTRO,49820000
Ass Agropecuária Do Gualter	POV CURITUBA,1,ZONA RURAL,49820000
Associação De Cooperação Agrícola União	ASSENT. JACARE CURITUBA,1,ZONA RURAL,49810000
Assoc Comunitária Dos Assent Monte Santo I E Ii	ASSENT MONTE SANTO,1,ZONA RURAL,49820000
Asso Ds Pro Ru Jose Camilo Do Asse Nv Can	ASSENT NOVA CANADA,1,ZONA RURAL,49820000
Ass De Coop Agrícola Florestan Fernandes Iii	ASS FLORESTAN FERNANDES,1,ZONA RURAL,49820000
Assoc Mulheres Agri E Art Do Assentamento	OTR ASSENT JACARE-CURITIBA,1,49820000
A De Dm P E Social A Nove De J Adjacências.(Apan)	ST ASS NOVE DE JUNHO,1,ZONA RURAL,49820000
Ass Cmn De Pr Do Asst Alto Da Bela Vista E Adja	Assent 3 - PROJETO Caliornia,1,49820000
Associação Comunitária Vida Ativa	AV CASTELO BRANO,1,CENTRO,49820000
Ass De Servicos Alternativos De Curitiba	AV JOAO ALVES FILHO,29,ZONA RURAL,49820000
Ass Dos Pequenos Ag Da Colônia Adão Preto	ST POV CURITUBA,1,ZONA RURAL,49820000
ASCOMPRAV - A C D S E P Pe C A V M K e Adj.	COL AGRIC VALMIR MOTA KENIO,1,49820000
Ass Dos Produt Ass de Ref Agrícola Do Campo	ST POV CAPIM GROSSO,1,ZONA RUAL,49820000
Assai Assoc Agri I De Canindé De São Francisco	Perim. Irrigado California,0, 49820000
Assoc Comunitária Nossa Sra. da conceição	R DOMINGOS ALVES FEITOSA,151,CENTRO,49820000